



Câmara de Comércio de Barlavento
Northern Chamber of Commerce



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

www.camara.cv

REDE EMPRESARIAL NORTE

Ser membro da Câmara de Comércio de Barlavento (CCB) é fazer parte da maior e mais prestigiada agremiação empresarial do país. É ter o suporte institucional de uma agremiação centenária na promoção empresarial e na melhoria contínua do ambiente de negócios. É estar a par das tendências de mercado, oportunidades de investimento e informações legais concernentes.

Ser associado é simples

O associativismo é uma das maiores vantagens competitivas no mundo dos negócios. A integração do associado (pessoas coletivas ou profissionais individuais) é um processo simples, podendo durar, no máximo, 24 horas. Para tal, saiba que:

- ✦ A inscrição torna-se efetiva após o pagamento de uma jóia no valor de 1.000 (mil) ECV e da quota inicial;
- ✦ Existe uma tabela de preços para os serviços disponibilizados pela CCB;
- ✦ Os sócios ordinários gozam de um desconto na ordem de 25% em todos os serviços promovidos pela CCB;
- ✦ Os sócios ordinários com quota anual regularizada gozam ainda de um desconto adicional de 10%.

Quem pode ser Sócio Parceiro?

Algumas empresas gozam ainda do estatuto de Sócio Parceiro da CCB, determinada por um valor mínimo da quota fixada em 10.000 ECV, ou devido a acordos especiais de parceria.

Empresas e consultores individuais, prestadores de serviços especiais (formação, assistência técnica especializada, etc.) podem também beneficiar-se deste *status*, através do acordo de acumulação de horas de colaboração a favor da instituição.

Contrapartidas ao Sócio Parceiro

- ✦ Publicidade em todas as páginas do portal da instituição, na *Newsletter* institucional, no Suplemento Empresarial, no "Guia" do Cartão do Empresário e em espaços nobres de eventos públicos.

Para esta categoria, os descontos em relação aos serviços inscritos no portefólio da CCB são negociados no momento da inscrição.



CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO (CCB)

Quem somos

Somos a maior e a mais antiga agremiação empresarial do país.

Percorremos um longo caminho desde a fundação até a presente data, buscando consolidação institucional e afirmação enquanto entidade representativa do empresariado regional. As nossas raízes remontam 1918, o ano da fundação da ACIAB.

Integram a nossa rede empresarial centenas de membros associados, entre os quais destacamos profissionais liberais, micro, pequenas, médias e grandes empresas, e associações da classe.

Somos o parceiro credível e indispensável de qualquer empresário que procura estabelecer negócios na região Norte de Cabo Verde.

Estratégia de Intervenção

A nossa estratégia passa por transformar as condições em que os empresários de Barlavento desenvolvem as suas atividades, reduzindo ao mínimo os constrangimentos que perturbam a melhoria contínua do ambiente de negócios.

Criamos condições para que o empreendedorismo qualitativo se imponha e frutifique na região, visando uma densificação do tecido empresarial privado e, por essa via, a criação de empregos sustentáveis.

Promovemos e assessoramos a exploração de todas as potencialidades económicas da região, particularmente das novas áreas de negócio geradoras de rendimentos, de empregos, e indutoras de crescimento económico sustentável.

Estrutura Organizacional

Sendo a primeira instituição certificada em Cabo Verde (ISO 9001:2008), a melhoria contínua dos processos constitui o norte institucional.

O empresário está no centro das nossas atenções e, por isso, cerca de 75% dos recursos da instituição são canalizados para a capacitação empresarial.

Cobrimos a totalidade das ilhas da região Norte através de uma sede em S. Vicente e uma rede de Delegações estabelecidas nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, e Boa Vista.

Órgãos Sociais

São órgãos sociais da CCB: a Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e a Direção, eleitos para um mandato de 4 anos. Atualmente, têm a seguinte estrutura organizacional:

Mesa da Assembleia

Presidente - Maria Teresa Graça, Representante da Fly Viagens e Turismo, Lda.

Vice-presidente - Frantz Monteiro dos Reis Tavares, Representante da Decameron CV S.A.

Secretária - Tânia Sofia Gomes, Representante da SOSSIR, Lda.

Conselho Fiscal

Presidente - Paulo Monteiro, Representante da GARANTIA, SA

Vogais:

Pedro Medina, Representante da MATEC, S.A.,

José Gomes Lima, Representante da LIMAGE, Lda.

Direção

Presidente - Jorge Pimenta Maurício, Representante da TRANSLOGISTIC, LDA

Vice-Presidente - Suzana Mões Joaquim, Representante da Drogaria do Leão, Lda

Vogais Efetivos:

Filomena Fonseca Santos, Representante da Fonseca & Santos
Helena Rebelo Rodrigues, Representante de Helena Rebelo Rodrigues

Helena Sofia Fortes, Representante da HF – Mediação e Imobiliária, Lda

Víctor Jorge Lúcio Rocheteau, Representante da TROPICUR, Lda.

José António Lima, Representante da BENTO, S.A.

Santo Antão - Alcinda Andreza Lima, Representante da Cooperativa Pares

Sal - Manuel Adrião, Representante da SOCOL, Lda.

São Nicolau - Alexandro Lima, Representante de Renta-a-Car Lopes, Lda.

Boa Vista - Paulo Santos, Representante da EDEAL – Consultoria e Serviços, Lda

Equipa Técnica

A capacidade técnica da instituição reside numa equipa multidisciplinar e dinâmica que, no processo de assistência técnica às empresas, é apoiada por uma rede de consultores e parceiros nacionais e internacionais, com competências em todas as áreas da atividade empresarial.

As necessidades das empresas associadas, distribuídas pelas 5 ilhas de Barlavento, são avaliadas periodicamente através de contactos e visitas regulares, durante as quais se questionam os aspetos genéricos e específicos relacionados com o ambiente de negócios, e, naturalmente, com o desempenho da CCB.



ÍNDICE

SEDE (Mindelo)

Avenida 5 de julho, N° 25
(Praça Nova)
Mindelo - São Vicente
Cabo Verde, C.P.: 728
Telefone: +238 232 84 95
E-mail: gil.costa@camara.cv

DELEGAÇÃO SANTO ANTÃO

Porto Novo
Telefone: +238 222 80 13
E-mail: nivaldo.oliveira@camara.cv

DELEGAÇÃO S. NICOLAU

Ribeira Brava
Telefone: +238 235 20 18
E-mail: aderita.santos@camara.cv

DELEGAÇÃO SAL

Espargos
Telefone: +238 241 37 11
E-mail: celio.evora@camara.cv

DELEGAÇÃO BOA VISTA

Sal Rei
Telefone: +238 251 22 79
E-mail: stefan.neves@camara.cv

	Pág.
[1] Mensagem do Presidente	6
[2] Retrospectiva económica 2024	7
[3] Atividades Corporativas	8
[3.1] Capacitação Institucional	8
[3.1.1] Auscultação às empresas	10
[3.1.2] Conselhos e Comissões de Coordenação e Consulta	12
[3.1.3] Cooperação técnica e interinstitucional	16
[3.1.3.1] Cooperação Técnica	16
[3.1.3.2] Cooperação Interinstitucional	21
[3.1.4] Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001:2015	26
[3.1.5] Business Centers de Santo Antão e do Sal	27
[3.1.6] Política de Gestão dos Associados	28
[3.2] Promoção Empresarial	30
[3.2.1] Programa de Assistência Técnica	31
[3.2.2] Principais Formações e Eventos Promovidos em 2024	33
[3.2.3] Apoio à Internacionalização	41
[3.2.4] Incubação de ideias de negócio	42
[3.3] Janela do Empresário (Serviços públicos de utilidade empresarial)	43
[4] Relatório Financeiro	45
[4.1] Análise – Realização do Orçamento	45
[4.2] Análise Financeira 2024-2023	49
[5] Anexos	50
[5.1] Mapa do Desvio Orçamental	50
[5.2] Mapa de execução orçamental 2024-2023	51
[5.3] Balanço 2024-2023	52
[5.4] Demonstração de Resultados 2024-2023	53
[5.5] Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados 2024-2023	53
[5.6] Relatório da Auditoria Externa 2024	62
[5.7] Relatório do Conselho Fiscal 2024	65
[5.8] Legislação Publicada em 2024	69

[1] Mensagem do Presidente

Prezados Associados,

O mandato 2020 - 2024 consagra um ciclo de gestão de quatro anos à frente desta Câmara de comércio, liderada por uma Direção ao qual tenho tido a honra e privilégio de presidir, numa advocacia sem precedentes em prol da melhoria contínua do ambiente de negócios que, embora pleno de resultados satisfatórios, nem sempre fácil de abordar e ultrapassar barreiras.

Fazendo uma retrospectiva, damos conta de que o nosso mandato iniciou em plena crise sanitária internacional (COVID-19), subsequentemente agudizada pelas externalidades negativas do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, e, a nível interno, pelos efeitos nefastos dos sucessivos maus anos agrícolas, contextos estes nunca experimentados, mas que, com perseverança e espírito de entrega abnegada, nos permitiu continuar a trabalhar nos desígnios desta magna instituição.

Todavia, não podemos deixar de frisar que este contexto económico altamente especulativo e volátil, impôs, não só prudência nas decisões, obrigando ao cancelamento e/ou adiamento de alguns projetos inscritos no Plano de Mandato, como a reinventar soluções a curto e médio prazo que assegurassem a proteção das famílias, empregos e rendimentos, medidas as quais ficaram patentes no Plano de Retoma da Economia empreendido pelo Governo e parceiros, com a nossa parceria.

Estas incertezas que caracterizaram o início deste mandato foram dando lugar à confiança na economia, permitido não só à retoma e consolidação dos negócios, mas, a uma gestão mais inclusiva, focada num associativismo participativo, altruístico e de proximidade, em prol de mais e melhores benefícios para o setor privado.

De 2021 com resultados negativos por conta da crise internacional (-320.000 ECV), navegamos na incerteza e conseguimos inverter com sucesso esta tendência já em 2022, apresentando resultados positivos (346.000 ECV), um cenário contabilístico-financeiro que mantivemos tanto em 2023 como em 2024, sendo que neste último ano o resultado líquido cifrou-se em 100.257 ECV, demonstrando assim a solidez e sustentabilidade da gestão financeira que tem sido empreendida nesta instituição.

O presente Relatório de Atividades e Contas que ora vos apresentamos, certificada por uma auditoria externa e independente, dá-vos assim a conhecer de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e bem como as atividades empreendidas em 2024, coincidindo assim com o fecho de um ciclo de gestão onde registamos um aumento na performance em quase todos os processos.

Cordialmente,



Jorge Pimenta Maurício, Presidente da Direção.

[2] Retrospectiva económica 2024

O ano de 2024 foi marcado por desafios económicos globais, os quais testaram tanto a versatilidade dos empresários e a paciência dos investidores, como a capacidade de resiliência e de poupança dos consumidores.

As previsões económicas para 2024 apontavam *ab-initio* para um crescimento económico moderado na União Europeia (UE) e na zona do euro, principal parceiro económico de Cabo Verde, sendo que a nível mundial não se poderia ignorar os riscos e incertezas geopolíticos que poderiam impactar estas previsões. A nível de Cabo Verde, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa um crescimento do PIB em torno de 4,5%, suportado, em grande parte, pelo desempenho da procura externa turística e do consumo privado.

Todavia, e sendo a economia cabo-verdiana frágil e exposta à choques externos, os riscos também são extensivos ao nosso país que, segundo o relatório do Banco Mundial, “os choques climáticos continuam a ser uma grande preocupação”, sobretudo, tendo em conta a “excessiva dependência do turismo”.

Para reduzir a dependência económica do turismo, o Banco Mundial apontou caminhos a seguir, onde “Cabo Verde tem uma oportunidade única de desenvolver a sua economia azul aproveitando os recursos marinhos de forma sustentável, nomeadamente, no sector das pescas e da aquacultura”.

Já o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que corroborou este potencial de crescimento do PIB cabo-verdiano, ainda que a uma taxa ligeiramente superior à da apontada pelo FMI (5,2%), defendeu que este crescimento será muito impulsionado pela agricultura, energia, economia digital e consumo privado.

Para o BAD, os investimentos em competências, a inovação tecnológica e a modernização dos portos e aeroportos em Cabo Verde são vitais para expandir a economia e tirar partido da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZLCCA), lembrando, contudo, que apesar do bom desempenho nos indicadores sociais, a pobreza e o desemprego continuam a ser um desafio no nosso país, os quais foram exacerbados pela pandemia da Covid-19.

Por fim, e de acordo com os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) relativamente a confiança na economia, os indicadores revelam que o clima económico se manteve acima da média da série no quarto trimestre de 2024, pelo que a conjuntura geral permanece favorável para a economia nacional em 2025, com sectores como construção, turismo e transportes a manterem um desempenho positivo.

[3] Atividades Corporativas

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2024 compõe uma série de quatro Planos que deram corpo ao Plano Mandato 2020 - 2024, cuja execução foi altamente condicionada, sobretudo durante os três primeiros anos, devido ao contexto de restrições socioeconómicas, incertezas e riscos substanciais a nível internacional.

Porém, convictos de que as crises são cíclicas, a CCB focou de imediato em medidas de curto para empreender soluções anticíclicas, e a médio prazo, numa gestão que pudesse garantir uma contínua consolidação do processo da retoma económica via a normalização das suas atividades de promoção empresarial e defesa dos interesses da classe.

[3.1] Capacitação Institucional

O ano de 2024 foi o fecho de um ciclo de mandato, pelo que a estratégia de capacitação institucional teve como foco principal a análise do Plano de Mandato para um *follow-up* consequente.

Neste quadro, passamos em revista todos os projetos inscritos nos sucessivos Plano de Atividades (2001, 2022 e 2023), devendo elencar:

Projeto	Ponto de situação	Justificação
Construção de um complexo industrial e logístico no parque industrial do Lazareto (CIL)	Transferido para a ZEEM-SV	Aumento dos custos do projeto em cerca de 25%, devido ao preço da matéria-prima, com especial incidência no do aço, o projeto foi cedido para a ZEEMSV visando a sua implementação, num quadro mais amplo da reestruturação do Parque Industrial de Lazareto;
CREDITINFO	Descontinuado	Falência técnica e inoperância da empresa, e implementação de um projeto similar e concorrente pelo BCV – Banco de Cabo Verde, desaconselham a continuidade do projeto;

Gestão participada na FIC, S.A.	Suspenso	A aguardar pela retoma do processo das privatizações do setor empresarial do Estado;
Entidade Certificadora Privada Nacional	Descontinuado	Assunção de mais esta competência pelo IGQPI;
Alienação do capital social do fundo AfroVerde	Suspenso	Continua a aguardar pelo posicionamento formal do potencial comprador internacional, uma vez que já foram cumpridas todas as formalidades legais pelos acionistas cabo-verdianos;
Observatório do Ambiente de negócios (OBAN)	Em implementação	Estudo financiado pela OIT em fase de conclusão, devendo ser apresentado em março de 2025;
Business Center de Santo Antão e do Sal	Em implementação	Os respetivos projetos estão em estado avançado de negociação, tanto com a anterior gestão Camararia (CMPN), como um operador privado no Sal;
Competências a serem delegadas pelo Estado	Em negociação	Não obstante as diretrizes claras do Governo em avançar com a sua conclusão, o dossier continua bloqueado na DGICE;
Plataforma de Ensino à Distância (EaD)	Em implementação	A plataforma já foi parametrizada para a CCB, e os técnicos internos capacitados para a sua gestão, faltando apenas capacidade os formadores locais para que possam adaptar/produzir conteúdos;
Projetos candidatos ao fundo INTERREG-MAC	Em implementação desde dezembro de 2024	Dos 09 (nove) projetos inicialmente apresentados, 03 (três) foram aprovados pela Comissão Europeia, e mais 03 (três) transitaram para a segunda fase de avaliação.
Cabo Verde On-Line Market Place (B2B, B2G e B2C)	Descontinuado	O financiamento do projeto estava na dependência do PIC – Programa indicativo de Cooperação PT/CV, mas não foi aprovado.
Plano de Comunicação e Marketing (Estudo & implementação)	A procura de parceiros	Inicialmente foi desenhando para ser submetido a U.E., mas sem sucesso, pelo que será agora apresentado a OIT.
Atualização do Parque Informático (Sede e Delegações)	Em implementação	Implementado parcialmente com recursos próprios. A segunda fase deverá ser com recurso à parceiros.

[3.1.1] Auscultação às Empresas

O desenho de um plano de capacitação institucional não pode estar dissociado de uma auscultação constante do tecido empresarial barlaventino, e quase que diário dos nossos associados, permitindo que a CCB esteja não só a par dos condicionalismos que insistem em emperrar o nosso ambiente de negócios, mas sobretudo, das soluções e sugestões de melhoria propostos pelos próprios empresários e parceiros.

Este diálogo constante e inclusivo com a classe empresarial, reforça o posicionamento da CCB enquanto interlocutor privilegiado do setor privado, o que nos permite aportar a visão e interesses do setor privado, tanto a nível nacional através dos vários pedidos de parecer ministeriais e parlamentares sobre as propostas de legislação com impacto empresarial, como internacional através das consultas de instituições internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OIT, a GAO, e a União Europeia sobre o ambiente de negócios e de investimento no nosso país.

A CCB tem assim esta preocupação de também promover o diálogo público e privado, na certeza de que apenas um diálogo aberto, inclusivo e constante poderá aproximar as expectativas entre as propostas e medidas de política da governação e os interesses dos empresários, visando o bem maior que é a melhoria continua do nosso ambiente de negócios.

As situações elencadas pelo empresariado barlaventino durante este mandato foram transversais, ainda que os de natureza fiscal tenham tido preponderância.

Desta auscultação, que convém reforçar que as questões apresentadas mereceram a concordância entre a classe, destacar as principais, a saber:

- Necessidade de uma Administração Fiscal mais responsiva (necessidade de devolver um retorno aos processos de recurso hierárquico; uma transição fiscal digital que efetivamente dê combate ao excesso de burocracia);
- O reembolso do IVA que continua a não ter um prazo legal estipulado;
- Necessidade de uma uniformização da interpretação das leis e procedimentos administrativos em todas as repartições e estruturas desconcentradas do Estado, em todas as ilhas;
- Uma maior abertura da parte da Administração Fiscal para encontrar soluções consentâneas com o contexto empresarial e tipologia de empresas existentes no país, que são maioritariamente, micro e pequenas empresas;
- A coesão territorial, entendida como a facilidade de fazer circular de forma eficaz e eficiente pessoas, bens e serviços entre as ilhas, continua a merecer uma atenção permanente e especial de todos os decisores políticos e privados;

- As excessivas exigências, burocracia e aversão ao risco no setor bancário continuam a adiar e frustrar oportunidades de negócio com potencial de crescimento e internacionalização;
- Necessidade de dinamizar a arbitragem como meio alternativo na resolução de contratos e litigância comercial, porquanto, é mais célere e menos custoso comparativamente com os processos judiciais que, na maioria dos casos, padecem da morosidade da justiça;
- Torna-se necessário proceder à atualização da legislação laboral de forma que possa ser amiga do investimento, sem, todavia, pôr em causa os direitos e garantias tanto do trabalhador como do empregador;
- Os procedimentos institucionais (serviços públicos desconcentrados do Estado, como por exemplo os Registos e Notariado, Cartório, etc.) e custos inerentes do serviço continuam a não ser iguais em todas as ilhas, onerando assim as ilhas mais com menor dinâmica socioeconómica;
- Ausência de políticas públicas de suporte à internacionalização das empresas;
- Necessidade de se proceder à transição digital nos serviços da administração pública (não faz sentido ter toda a informação no sistema, e fácil de se proceder à contraprova, para, no entanto, continuarem a exigir a entrega de documentos em suporte físico);
- Necessidade de os serviços de inspeção fiscal serem mais rigorosos, ainda que mantendo sempre uma postura pedagógica;
- A regulação em Cabo Verde, apesar dos inúmeros benefícios que tem aportado à consolidação do nosso estado de direito democrático e a afirmação de uma economia de base privada, carece de várias lacunas, seja ela técnica e/ou económica, por manter-se, ainda, refém de um “pensamento único”.
- A morosidade crónica na resolução dos litígios cíveis – nomeadamente, nos processos de responsabilidade contratual e de execução judicial – continua a ser incompatível com a existência de um ambiente de negócios seguro e previsível, impondo custos de contexto extremamente elevados às empresas;
- A Administração Fiscal não cultiva uma relação de excelência com os seus contribuintes (atitudes pouco didáticas e muitas vezes coercivas, para além do silêncio institucional em casos de litígio fiscal ou pedidos de reembolso são frequentes);
- Apesar dos sucessivos investimentos e intervenções regulatórias, continua-se a verificar dificuldades no domínio dos transportes, onde, e devido à dimensão do mercado, os custos associados mantêm-se em alguns casos elevados, onerando ainda mais o ambiente de negócios;
- A transição digital, uma forte aposta do Governo, o qual tem investido continuamente em leis, regulamentos, programas e infraestruturas de suporte, continua a encontrar resistência na própria Administração Pública (ex.: exigir de forma desnecessária documentos físicos que, na maioria dos casos, são emitidos pelo próprio Estado);

- O Código de Procedimentos Administrativos aprovado em 2023, e que visa estabelecer uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a Sociedade, prevendo um modelo de Administração Pública que dê resposta pronta, com qualidade, e perspetivando efetivar direitos e viabilizar iniciativas, continua a ser letra morta na Administração Pública;
- Os gestores e agentes da Administração Pública, enquanto principais facilitadores do ambiente de negócios, precisam pautar as suas ações e decisões no princípio da celeridade, assumindo uma atitude proactiva perante os dossiers aos quais são chamados a intervir;
- O Código Laboral continua a ser um instrumento desequilibrado, tornando as empresas refém dos seus colaboradores. É preciso promover uma reforma do Código Laboral que, em igualdade de circunstâncias, imputa correspondente responsabilidades entre o trabalhador e empregador.

Esta avaliação transversal do ambiente de negócios apela para uma aceleração do processo de transição digital no país, a uma visão integrada do país e leis consentâneas, e sobretudo, a uma mudança de paradigma dos agentes e decisores públicos, porquanto, é sobretudo neles que reside a vontade de podermos melhorar continuamente o nosso ambiente de negócios, tornando assim o país um verdadeiro destino de turismo e de investimentos.

[3.1.2] Conselhos e Comissões de Coordenação e Consulta

A CCB tem presença assídua em quarenta e três Conselhos e Comissões, uma representação institucional assegurada tanto pela participação dos Membros da Direção como quadros técnicos, conforme a natureza dos assuntos a serem tratados.

A participação ativa nos vários conselhos consultivos, técnicos e estratégicos, tem permitido à CCB contribuir de forma direta e privilegiada no processo de redação e bem como de discussão de várias propostas legislativas e instrumentos jurídicos com impacto na atividade empresarial.

Outrossim, a cooperação com os sucessivos Governos através das estruturas ministeriais, serviços desconcentrados, e mais recentemente, com a própria Casa Parlamentar, tem permitido a instituição aportar a visão, preocupações e anseios do setor privado através dos vários pareceres técnicos emitidos pela CCB, ou mesmo nos vários encontros e visitas de trabalho realizadas durante o ano.

No ano de 2024 a CCB participou em várias reuniões de alto nível, grupos de trabalho e discussões técnicas, aos quais destacamos:

A concertação social enquanto instância de diálogo dos parceiros sociais (Governo, Sindicatos e Setor Privado), foi sempre um fórum privilegiado para o desenho de políticas económicas com impacto social, ainda que este mecanismo só tenha sido retificado em 2019 pelo Estado de Cabo Verde, de acordo com as recomendações da convenção 144º da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

No ano de 2024 a CCB marcou presença nas duas reuniões de concertação social realizadas, tendo as respetivas agendas cingido, na primeira reunião, ao Acordo de Concertação Estratégica 2024/2026, e na segunda reunião, a i. Apresentação do Estudo Sobre a Reforma Institucional da IGT- Inspeção Geral do Trabalho e da DGT – Direção Geral do Trabalho, e a ii. Apresentação dos TDR's da Reforma e Segurança Social;

Relativamente ao Acordo de Concertação Estratégica 2024/2026, retrata um conjunto de compromissos e de pressuposto da políticas, que são metas e objetivos definidos no quadro da política de crescimento Económico e sustentável, política de resiliência, política laboral, política ativos da emprego e empregabilidade, política de rendimento e preços, política de proteção e Inclusão Social, de uma abordagem alargada não só de emprego e empregabilidade, mas à problemática da proteção e Inclusão Social.

À semelhança das demais instituições presentes, a CCB deu o seu acordo para a aprovação do documento, porquanto as ideias apresentadas estão muito bem estruturadas, o que e reflete ser a nossa estratégica enquanto parceiro de desenvolvimento social e económico.

Na segunda reunião, onde se fez a apresentação do Estudo Sobre a Reforma Institucional da IGT- Inspeção Geral do Trabalho e da DGT – Direção Geral do Trabalho, e bem como dos TDR's da Reforma e Segurança Social, o Ministro de Estado, Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Dr. Fernando Elísio Freire, fez questão de informar aos membros Conselheiros que o objetivo desta reforma é criar uma autoridade de trabalho com poderes de supervisão, considerando a dinâmica atual da sociedade e das empresas, e para facilitar situações laborais, especialmente na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Comunicou ao Conselho de Concertação Social que a intenção é realizar uma fusão entre a IGT (Inspeção Geral do Trabalho) e a DGT (Direção Geral do Trabalho), pelo que os poderes de mediação atualmente atribuídos à Inspeção Geral do Trabalho serão transferidos para uma nova autoridade.

Esta fusão permitirá que o país crie uma entidade reguladora da situação laboral com maior capacidade de intervenção, o que melhorará substancialmente a mediação laboral e garantirá total independência do Governo e das autoridades laborais.

As Câmaras de Comércio, considerem a proposta de fusão uma medida pertinente, e aproveitaram para ressaltar a importância de levar em conta algumas premissas relacionadas às condições de trabalho, nomeadamente a necessidade de se fazer ajustes imprescindíveis e mudanças de atitude, através de um novo modelo de relacionamento.

As Câmaras de Comércio defenderam que em Cabo Verde não tem havido uma abordagem pedagógica constante nas inspeções gerais, e as decisões muitas vezes penalizam as empresas. O equilíbrio é crucial em todo este processo, e é isso que as entidades empregadoras pedem: que haja equilíbrio nas posições. As inspeções, sindicatos e empregadores devem atuar como protagonistas, e não como coadjuvantes, porque são eles que geram empregos. Sem investimento, não há empregos, e sem empregos, não há instituições. Portanto, é essencial continuar a debater para que as empresas e os empresários recebam a consideração de igualdade e uma abordagem pedagógica permanente.



Reuniões do Conselho de Consertação Social realizadas em fevereiro de 2024.



Conselho

Nacional do **Desenvolvimento do Setor Privado (CNDSP)**

O CNDSP enquanto órgão de coordenação da ação dos agentes públicos em matéria de desenvolvimento do setor privado nacional, e ao qual cabe promover o debate, a socialização e a avaliação das propostas do Governo que versam o desenvolvimento do setor privado nacional ou de atividades com ela relacionadas, reuniu-se em setembro último, tendo na agenda a Apresentação do Diagnóstico do Setor Privado Nacional – Criando Mercados em Cabo Verde, e bem como a Apresentação das grandes linhas gerais do Orçamento de Estado para 2025.

Relativamente ao estudo diagnóstico, realizado pelo Banco Mundial, trata-se de um diagnóstico do setor privado, onde é apresentado as vias para promover o crescimento sustentável liderado pelo setor privado.

No que concerne as grandes linhas gerais do Orçamento de Estado para 2025, o Governo propõe, ao nível das Finanças Públicas, uma redução sustentada da dívida,

a redução do Défice para 1,9%, sendo que as principais políticas prioritárias abrangem o desenvolvimento do Capital Humano; o reforço e a consolidação da conectividade; o reforço da promoção da inclusão; acelerar a diversificação da economia; acelerar a transição energética, climática e digital; e reforçar a transparência e a fiabilidade orçamental.



Comissão

Nacional do Codex Alimentarius (CNCA)

Em 2024, entre as principais atividades levadas a cabo pelo CNCA, destaca-se a operacionalização da "Ferramenta de Avaliação de Sistemas de Controlo dos Alimentos da FAO/OMS" que contou com total participação da CCB na avaliação das capacidades do sistema de Cabo Verde e identificação de lacunas e oportunidades de melhoria.

O workshop final STDF/PPG/869, realizado na cidade da Praia, contou com a participação de todos os pontos focais e principais decisores das Autoridades Competentes do país. Nele foi apresentado o relatório do projeto que inclui um Plano Estratégico Nacional que deverá reforçar substancialmente o sistema de controlo de alimentos.



Mecanismo

de Coordenação do Fundo Global (CCM)

O CCM tem por objetivo avaliar e supervisionar as atividades dos projetos financiados pelo Fundo Global, incluindo o desempenho dos recipientes principais e secundários na implementação de programas ligados a doenças VIH, Tuberculose e Paludismo.

Em 2024 foram realizadas missões de supervisão aos concelhos de São Vicente, Santo Antão e Santiago, abrangendo tanto a CCS-SIDA enquanto recipiente principal do Fundo Global, mas igualmente recipientes secundários entre os quais Delegacias de Saúde, hospitais, ICCA, Verdefame, Morabi, ONG's e Associações.



Comissão

Técnica de Normalização de Produtos Alimentares (CTN)

As principais atividades da CTN traduzem-se na identificação, análise e fundamentação das principais necessidades normativas do setor de alimentos para o país, tendo sido analisado cerca de uma dezena de normas com referência "NP EN ISO", entre os quais destacam sistemas de gestão da segurança de alimentos, rotulagem nutricional, métodos de análise sensorial em alimentos, método horizontal para a deteção, contagem e serotipagem de salmonela e enterobacteriaceae.

Em 2024, e mais precisamente a 01 de julho, a Presidência do Conselho Superior das Câmaras de Comércio foi transferida para a CCB, conforme os estatutos que preveem uma rotatividade de dois anos, para o período 2024 - 2026.

Entre outros assuntos abordados e concertados, esta reunião do Conselho Superior serviu ainda para passar em revista alguns dossiers de cooperação público-privado, e que já registam algum atraso na sua conclusão por imperativos públicos, caso do processo de delegação de competências do Licenciamento industrial e emissão de certificados de origem, a proposta das Câmaras de Comércio para uma representação igualitária do patronato no Conselho Diretivo do INPS, bem como reanálise do projeto conjunto CREDITINFO.

[3.1.3] Cooperação **técnica e interinstitucional**

A cooperação técnica e institucional enquanto um dos principais vetores estratégicos que norteiam as relações interinstitucionais da CCB, continua a assumir particular relevância na advocacia empresarial e bem como no desenho e implementação das atividades de promoção empresarial.

Esta cooperação técnica e interinstitucional, que é extensiva à rede diplomática acreditada no país, e bem como a várias instituições multilaterais, potencia ainda mais as inúmeras vantagens convergentes, oportunidades de cooperação, atração de investimento e mobilização de recursos (humanos, financeiros e tecnológicos), reforçando, por outro lado, a capacidade da CCB advogar por mais e melhores condições para o setor privado, visando uma melhoria contínua do nosso ambiente e negócios.

[3.1.3.1] Cooperação **Técnica**

A cooperação técnica, suportada pelos parceiros e materializada através de vários projetos nacionais e internacionais, tem permitido o fomento de várias atividades de promoção empresarial.



Projetos **Candidatos ao Fundo INTERREG-MAC**

No último trimestre de 2023, e já com olhos postos em 2024, e em particular, nas possibilidades de parcerias institucionais que pudessem gerar ganhos substanciais

para o setor privado nacional, a CCB submeteu em estreita parceria com instituições da Região MAC (Madeira, Açores e Canárias), e na qualidade de país terceiro, 09 (nove) projetos candidatos a financiamento do Fundo INTERREG-MAC da Comissão Europeia, a saber:

- **4 SILVER (em parceria com a Câmara de Comércio Angra do Heroísmo - Açores)**, cujo principal objetivo é promover na Região da Macaronésia as oportunidades existentes na *Silver Economy*;
- **A3M Atlântica (em parceria com o Cluster Marítimo das Ilhas Canárias)**, que visa valorizar os resultados obtidos nas suas iniciativas anteriores (projetos MAC SMARTBLUE e SMARTBLUE_F);
- **Águas de Lastre (em parceria com o Cluster Marítimo das Ilhas Canárias)**, um projeto desenhado para melhorar a capacidade de deteção, monitorização, controlo e mitigação de espécies invasoras nos portos da área de cooperação, reduzindo assim o impacto ambiental e melhorando a competitividade do ecossistema empresarial nos portos da Macaronésia;
- **Blue Supply Chain (em parceria com a Federação Canária de Empresas Portuárias)**, que tem como principal objetivo reforçar o papel das empresas da Região na implantação de energias renováveis marinhas;
- **LAB Circular (em parceria com a Universidade da Madeira e a ARDITI – Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação - Madeira)**, é um projeto que tem como objetivo genérico o desenvolvimento e a implementação de soluções sistémicas circulares para a transição verde e sustentável na zona MAC (partilha de conhecimento e boas práticas);
- **INOVAZUL (em parceria com a Autoridade Portuária de Las Palmas - Canárias)**, o objetivo principal é promover a inovação e a internacionalização de empresas, *start-ups* e projetos empreendedores no setor da economia azul, aproveitando o potencial das atividades portuárias como ponte entre África, as Américas e a Europa;
- **DATATOURISM (em parceria com a Universidade da Madeira)**, o objetivo do projeto é a pesquisa e o desenvolvimento de uma plataforma inteligente para criar um espaço de dados destinado às empresas na cadeia de valor do setor do Turismo da Região Macaronésia;
- **MAC SKILLING (em parceria com a Instituto Tecnológico de Canarias)**, o projeto tem como objetivo otimizar a empregabilidade e competitividade no mercado de trabalho, alinhando de maneira eficaz as habilidades profissionais dos empregados e candidatos à emprego, com as necessidades específicas dos setores estratégicos do futuro;

- **MIGRAJOB (em parceria com a Subsecretaria de Emprego de Canarias)**, este projeto foca no desenvolvimento de uma estratégia de migração circular na região da Macaronésia, facilitando fluxos circulares de trabalhadores qualificados no setor de hospitalidade, através de vistos de residência baseados em formação em ocupações críticas em Portugal e Espanha.

Dos projetos apresentados, 03 (três) foram aprovados logo na primeira fase (**A3M Atlântica, Blue Supply Chain, e MAC SKILLING**) tendo mais 03 (três) transitado para a segunda fase de avaliação, cujos resultados serão apresentados ainda no primeiro semestre de 2025.

As reuniões de lançamento dos respetivos projetos já aprovados nesta primeira fase acontecerão em janeiro de 2025, devendo a respetiva implementação ocorrer entre inícios de 2025 e finais de 2027.

A CCB, enquanto parceira do projeto, na qualidade de país terceiro (não comunitário), beneficiará diretamente através de ações de capacitação institucional e empresarial nas áreas de economia azul, energias renováveis, e bem como em outras áreas técnicas onde as competências profissionais atuais e futuras são exigidas às PME's, sobretudo de países insulares.

Interreg



Co-funded by
the European Union



MAC 2021-2027
Territorial Cooperation

MAC



Projeto

de **capacitação das Câmaras de Comércio** na metodologia EESE da OIT

Enquanto associações de classe vocacionadas para a promoção empresarial e defesa dos interesses dos empresários, as Câmaras de Comércio direcionam os seus esforços para a melhoria contínua do ambiente de negócios, um desiderato que encontrou suporte institucional na OIT através da metodologia EESE (Enabling Environment for Sustainable Enterprises).

Neste quadro, os técnicos da CCB, CCS e CTCV reuniram em Mindelo, e, na presença de representantes da OIT, tanto de Dakar como em Cabo Verde, trabalharam na identificação dos seis pilares prioritários para um ambiente de negócios favorável em Cabo Verde, cuja análise aprofundada poderá conduzir a recomendações importantes para a elaboração de um Plano de Ação, um workshop intensivo orientado por um especialista nas questões relacionadas com o setor privado.



**Sessão de trabalho da equipa-interinstitucional
Cabo Verde / Dakar.**



**Sra. Julie Kazagui, especialista principal das
atividades empregadoras (Dakar).**



Projetos

de capacitação técnica com a Embaixada da China

A capacitação técnica empresarial tem sido apoiada e suportada logisticamente pela Embaixada da China, que no ano de 2024 colocou à disposição dos associados da CCB três oportunidades de capacitação na China, em setores transversais e de extrema importância para as nossas micro e pequenas empresas, devendo de destacar:

- **Seminário sobre Economia Verde e Desenvolvimento de Novas Energias**, organizado pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Suzhou, onde a CCB marcou presença através da empresa associada Electric Wind, cujo representante teve a oportunidade de poder estar em contacto com especialistas de renome, realizar visitas técnicas a instalações de referência, e participar em sessões formativas sobre as mais recentes inovações em energias renováveis e utilização do hidrogénio como fonte de energia limpa.
- **Seminário bilateral sobre o Desenvolvimento da Economia Azul** organizado pelo Centro de Cooperação Económica Internacional da Província de Fujian, tendo participado em representação por parte da CCB a associada Universal Retificações.

O principal objetivo foi o de proporcionar aos participantes um conhecimento do estado geral de desenvolvimento e a tendência da economia azul na China, ajudando-os igualmente a dominar gradualmente a aplicação do que aprenderam para analisar e resolver problemas decorrentes da promoção do desenvolvimento da economia azul, objetivando, no final do seminário que os participantes sejam capazes de apresentar propostas racionalizadas para o desenvolvimento da economia azul nos seus próprios países, à luz dos conhecimentos adquiridos.

- **Seminário de Facilitação do Comércio e do Investimento para os Países de Língua Portuguesa**, organizado pela Academia para as Autoridades do Comércio Internacional, onde a associada Morais & Graça participou em representação da CCB. Objetivo deste seminário era dar aos participantes a possibilidade de conhecerem o contexto empresarial e políticas relativas ao comércio de importação e exportação e à atração dos investimentos estrangeiros da China.



Representante da Electric Wind no Seminário sobre Energias Renováveis.



Representante da Universal Retificações no Seminário sobre a Economia Azul.



Representante da Morais & Graça no Seminário sobre a Facilitação do Comércio e Investimentos.



Ato cerimonial do Seminário sobre a Facilitação do Comércio e do Investimentos.

[3.1.3. 2] Cooperação Interinstitucional

A cooperação interinstitucional, assente no objetivo comum que é o da melhoria do ambiente de negócios, tem permitido a CCB desenvolver projetos, trocar conhecimentos, promover a inovação, mas sobretudo promover um debate inclusivo, visando construir soluções ajustadas para as várias demandas do setor privado.

No ano de 2024 a CCB teve uma agenda de encontros institucionais profícuos, permitindo, de forma estratégica e assertiva que a instituição continue a cumprir o seu papel de interlocutor privilegiado do setor privado barlaventino.



Visita do cortesia da representante residente do Grupo Banco Mundial.



Visita de cortesia do recém empossado Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas.



Encontro de trabalho com o Conselho de Finanças Públicas.



Encontro de trabalho com OIT – Dakar (Plano de Ação para a Reforma do Ambiente de Negócios).



Visita de cortesia do saudoso Embaixador de Portugal, acompanhando do Diretor da AICEP.



Visita de cortesia do atual Embaixador de Portugal em Cabo Verde.



Visita de cortesia do Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio de São Tomé.



Encontro de trabalho com a Delegação Institucional do SEBRAE-CE (Brasil).



Visita de cortesia da S. Exa. A Sra. Embaixadora da República da Turquia.



Visita de cortesia da S. Exa. o Sr. Embaixador da República Islâmica do Paquistão.



Visita de cortesia da S. Exa. O Sr. Ministro do Estado, da Família e Inclusão Social.



Visita de cortesia da equipe do MCC (Millennium Challenge Corporation).

Em 2024, e na senda do reforço e alargamento da rede institucional com impacto na promoção empresarial e na defesa dos interesses da classe, a CCB assinou novos protocolos de cooperação, devendo destacar:

- Protocolo com a Believe Consulting Cabo Verde;
- Protocolo com a GARUDA CONSULTING, S.L.;
- Protocolo com o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria de São Tomé e Príncipe (CA-CCIAS);

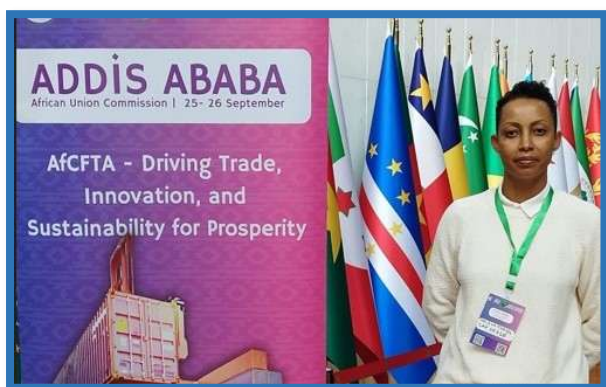


6ª Conferência de negócios das Câmaras de Comércio Africanas

A convite da Câmara de Comércio e Indústria Pan-Africana, a CCB marcou presença na 6ª Conferência de Negócios das Câmaras de Comércio Africanas, um evento multissetorial direcionado às MPME's africanas, e que teve lugar em Adis Abeba, capital da Etiópia.

Enquanto evento bienal, a edição 024 teve um lema muito específico que era o de “como apoiar os negócios no comércio intra-africano”, onde as Câmaras de Comércio dos 54 países africanos presentes tiveram a oportunidade de conectar os empresários com as autoridades governamentais, e instituições financeiras, visando potenciar as oportunidades do setor privado, com foco no aumento dos negócios e comércio intra-africano.

Esta 6ª edição serviu ainda de plataforma para as empresas, especialmente as que são propriedade de mulheres e jovens, para se envolverem com fornecedores de recursos, representantes governamentais, compradores empresariais e profissionais do setor.



Membro da Direção da CCb CCB no 1º Encontro de Câmaras de Comércio de Espanha e da África.



Networking dos representantes das Câmaras de Comércio africanas.



6ª Conferência

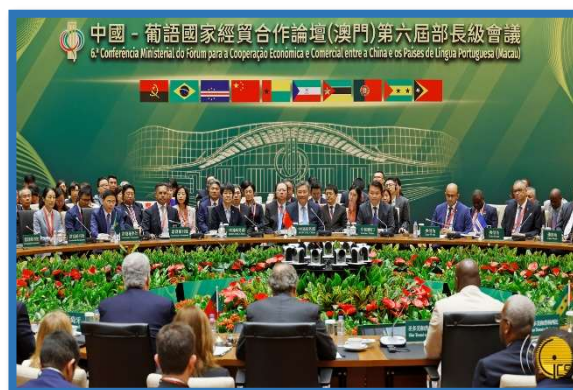
Ministerial de negócios do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

Com o objetivo de continuar a reforçar o mecanismo complementar da cooperação económica e comercial entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa, foi realizada em Macau (Chinas) a 6ª Edição da Conferência Ministerial de negócios do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), onde a CCB marcou presença, integrando uma distinta delegação institucional caboverdeana.

O programa desta conferência incorporou várias autoridades, devendo destacar a Conferência Ministerial, a Cerimónia de Assinatura do "Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial (2024-2027)", o Encontro de Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, entre outros. Na Conferência Ministerial identificou-se as principais áreas da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa para os próximos três anos e dinamizar o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.



Membro da Direção da CCB na cerimónia de inauguração do Encontro Empresarial.



Reunião Ministerial, onde Cabo Verde marcou presença a nível do Governo.



Cooperação interinstitucional com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A OIT – Organização Internacional do Trabalho tem sido, ao longo de décadas, um parceiro estratégico da CCB, a qual tem suportado técnica e financeiramente a instituição na implementação dos projetos estruturantes, tanto de capacitação institucional como de promoção empresarial.

No ano de 2024, a CCB participou em vários eventos e sessões técnicas de trabalho organizadas pela OIT, a saber:

- **112ª Conferência internacional do Trabalho**
Uma Delegação de Cabo Verde composta por representantes do governo, trabalhadores e empregadores, e da qual a CCB fez parte, participou da 112ª Conferência internacional do Trabalho que abordou temas como o trabalho digno, a economia do cuidado, justiça social, os riscos biológicos e os direitos fundamentais no trabalho.
- **Comité de Pilotagem do Trabalho Digno**
No âmbito do PPTD - Programa País de Trabalho Digno (PPTD) 2023 -2027, a CCB participou, enquanto membro do Comité de Pilotagem (órgão responsável pela coordenação, planeamento e seguimento da implementação do referido documento) participou em todas as sessões de trabalho, visando a materialização da Agenda do Trabalho Digno.
- **Workshop tripartido de capacitação e partilha de experiências**
Promovido pelo Centro Internacional de Formação da OIT (ITC|ILO), em estreita colaboração com o Escritório da OIT para Portugal (OIT-Lisboa) e o Departamento de Empresas Multinacionais e Conduta Empresarial Responsável (MULTI/RBC) da OIT, com o apoio financeiro do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o apoio institucional da CPLP, a CCB participou no Workshop “Empresas Multinacionais, desenvolvimento e trabalho digno, cujo principal objetivo era promover a troca de experiências sobre a aplicação da Declaração Tripartida da OIT sobre Empresas Multinacionais e Política Social” (Declaração MNE),

De referir que durante o jantar de Gala da CCB, realizada por ocasião da FIC 2024 e onde foram atribuídos os prémios de mérito empresarial aos associados e parceiros da CCB, a OIT foi distinguida com o troféu de parceiro estratégico, um reconhecimento institucional pelo imprescindível suporte que esta instituição tem dispensado a CCB, pela promoção da causa empresarial.

A OIT – Organização Internacional do Trabalho tem sido, ao longo de décadas, um parceiro estratégico da CCB, a qual tem suportado técnica e financeiramente a instituição na implementação de projetos estruturantes, tanto de capacitação institucional como de promoção empresarial.



Cerimónia de abertura da 112ª Conferência Internacional do Trabalho.



Cerimónia de entrega da Distinção Honrosa de Parceiro Estratégico à OIT.

[3.1.4] Sistema de Gestão de qualidade ISO 9001:2015

A gestão da qualidade total (*Total Quality Management – TQM*) é uma filosofia de gestão por meio da qual todos em uma organização se esforçam para melhorar continuamente os produtos, serviços e processos tendo em vista uma maior satisfação dos clientes.

Em 2007, apercebendo que a aposta estratégica das instituições de promoção empresarial, a nível internacional, pendia para a certificação dos processos, a CCB, foi a primeira em Cabo Verde na certificação ISO 9001, tanto na Sede como nas nossas Delegações, visando reforçar, sistematicamente, a filosofia de trabalho interno assente na melhoria contínua dos processos organizacionais.

No mandato (2020 – 2024) a CCB realizou três auditorias de acompanhamento (2021, 2022, e 2024) e uma auditoria externa de renovação (2023), nas quais não foram registadas nenhuma “Não Conformidade”, o que permitiu aos auditores externos da entidade certificadora EIC afirmarem que o sistema de qualidade da CCB encontra-se bem implementado e capaz de responder às solicitações dos clientes de forma satisfatória, entregando produtos e serviços conforme os requisitos internamente definidos.



**Certificado ISO 901:2015
(2017 - 2020)**



**Certificado ISO 901:2015
(2020 - 2023)**



**Certificado ISO 901:2015
(2023 - 2026)**

[3.1.5] Business Centers de Santo Antão e do Sal

Inscritos no Plano Mandato, estes dois projetos de edificação dos novos Centros de Negócio nas ilhas de Santo Antão e Sal só foram reativados em 2023, devido aos condicionalismos das sucessivas crises sanitárias e económicas.

Tendo a CCB lotes de terreno em localizações privilegiadas nas cidades de Porto Novo e Espargos, deu-se início aos projetos de especialidades, como de negócio, para procurar parceiros e assim viabilizar os investimentos.

Todavia, e no caso particular de Santo Antão, a CMPN, tendo um projeto estruturante e com impacto no município (drenagem de águas fluviais e construção de um parque de estacionamento complementar ao Porto), e cuja área a ser ocupada coincida com o atual lote da CCB, propôs uma permuta de terrenos à CCB, proposta a qual e depois de analisada, com uma visita guiada ao local, foi aceite pela Direção da CCB, ficando tão somente por concretizar o processo legal via a retificação na Assembleia Municipal.

Todavia, com a eleições autárquicas e mudança de gestão camarária, a CCB está a encetar contactos para perceber se a intenção camarária se mantém, para que possamos retomar o projeto.

Relativamente ao projeto na ilha do Sal, a CCB está em negociações com um potencial parceiro para a sua edificação.

[3.1.6] Política de Gestão dos associados

Sendo a CCB uma agremiação empresarial de adesão facultativa, a política de gestão dos seus associados assume particular relevância, para que a instituição se possa consolidar, gradativamente, numa voz uníssona do setor privado.

A semelhança dos anos transatos, em 2024, e alinhado com a visão estratégica da CCB para o mandato 2020-2024, a política de gestão dos associados continuou assente numa política de inclusão, para que possamos continuar a ser, efetivamente, uma instituição integradora e representativa de todo o tecido empresarial da Região de Barlavento.

O reforço do associativismo, através de políticas que permitam recuperar antigos associados e conquistar novos e mais associados em todos os setores de atividade económica, independentemente da sua dimensão, aliado às atividades de promoção empresarial centradas nas reais necessidades do setor, e advogando por mais e melhores condições para o setor privado, tem permitido a CCB levar o associativismo, objetivos e vantagens que preconiza, o mais longe possível.

Todavia, e não obstante o esforço que tem sido empreendido, quer em termos da promoção do associativismo inclusivo, quer em termos de promoção empresarial e defesa dos interesses da classe, em 2024, as externalidades negativas e variáveis não controladas pela CCB, e da responsabilidade direta de outras instituições, continuaram a emperrar o ambiente de negócios, caso do reembolso de impostos, em particular do IVA, os demais diferendos com a Administração Pública, e em particular, com o Ministério das Finanças, e bem como os custos de contexto, particularmente em São Vicente.

Os dados abaixo apresentados reportam estatísticas dos associados com quotas em dia, pelo que não foram contabilizados os associados com mais de 03 (três) meses de quotas em atraso, que segundo os Estatutos da CCB devem ser considerados de suspensos. Significa isto dizer que, excetuando as eventuais desistências, se a CCB entender considerar os associados irregulares no computo geral, os quais continuam a demandar da CCB a habitual assistência técnica e intermediação institucional, o número de associados da CCB ascenderia aos 500 em 2024.

Tabela I - Evolução dos associados por Ilhas (2019 - 2024)												
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	2024	2022-2023	%
S. Antão	42	15%	52	17%	81	22%	110	25%	96	80	↓ -17%	20%
S. Vicente	180	64%	193	61%	208	56%	223	50%	205	207	↑ 1%	53%
S. Nicolau	7	2%	9	3%	10	3%	19	4%	18	18	0%	5%
Sal	46	16%	49	16%	59	16%	69	15%	74	66	↓ -11%	17%
Boavista	6	2%	11	4%	11	3%	24	5%	29	19	↓ -34%	5%
Santiago	0	0%	0	0%	1	0%	2	0%	2	2	0%	0,5%
TOTAL	281	100%	314	100%	370	100%	447	100%	424	392	↓ -8%	100%

São Vicente e Santo Antão continuam a ter um peso predominante no movimento associativo na Região de Barlavento, na medida em que 73% dos associados da CCB estão sediados nestas duas ilhas, com 53% e 20% respetivamente.

Os dados associativos continuam a chamar particular atenção para o facto de, desde 2021, a CCB ter associados na Região de Sotavento, o que demonstra que apesar da jurisdição institucional circunscrever-se à Região Norte, os benefícios proporcionados pela CCB e os ganhos para a classe têm sido a nível nacional, ou seja, não se circunscrevem apenas aos associados, ainda que estes últimos beneficiam de condições preferenciais na CCB.

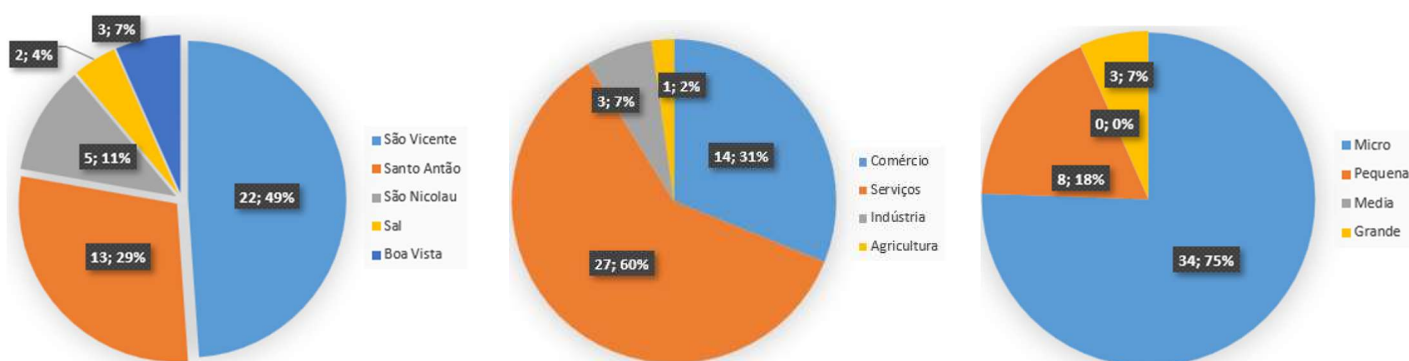
Tabela II - Evolução dos associados por Setor de Atividade (2019 - 2024)												
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	2024	2022-2023	%
Comércio	93	33%	106	34%	126	34%	148	33%	140	135	↓ -4%	34%
Serviços	130	46%	144	46%	174	47%	210	47%	210	186	↓ -11%	47%
Indústria	55	20%	61	19%	66	18%	81	18%	69	65	↓ -6%	17%
Agricultura	3	1%	3	1%	4	1%	8	2%	5	6	↑ 20%	2%
TOTAL	281	100%	314	100%	370	100%	447	100%	424	392	↓ -8%	100%

Sendo cabo Verde uma economia de serviços posicionada no atlântico médio, a estrutura associativa traduz naturalmente este peso setorial preponderante, pelo que 47% dos associados da CCB são do setor dos serviços, seguido do setor do comércio com 34%.

O tecido industrial presente na CCB ronda os 17%, e a agricultura ainda é pouco expressiva no movimento associativo (apenas 2%), o que reflete em parte a percentagem relativa do setor no que tange as empresas existentes na região e no país, apesar da inerente potencialidade, sobretudo na cadeia de valor do turismo, e num quadro mais alargado de aproveitamento das potenciais vantagens comparativas, tanto no quadro da CEDEAO como da ZELCCA.

Tabela III - Evolução dos associados por Tipo de Empresas (2019 - 2024)												
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	2024	2023-2024	%
Micro	96	34%	116	37%	161	44%	223	50%	223	135	↓ -39%	34%
Pequena	134	48%	149	47%	158	43%	162	36%	135	186	↑ 38%	47%
Média	19	7%	14	4%	14	4%	22	5%	16	65	↑ 306%	17%
Grande	32	11%	35	11%	37	10%	40	9%	50	6	↓ -88%	2%
TOTAL	281	100%	314	100%	370	100%	447	100%	424	392	↓ -8%	100%

No ano de 2024, a CCB registou a inscrição de 45 novos associados, com maior peso em São Vicente (22), onde o setor dos serviços mereceu destaque (27), e sendo a maior parte delas microempresas (27).



Estes dados reforçam a convicção de que a CCB é sobretudo uma instituição composta por micro e pequenas empresas, os quais totalizam 82% dos associados ativos, espelhando assim a realidade da estrutura empresarial do país.

Convém referenciar que entre 2020 e 2024, a CCB manteve uma impactante campanha para a recuperação de associados suspensos e a angariação de novos sócios, através da conceção de facilidades no processo de reativação/inscrição, como seja a isenção de jóia e quotas para as empresas impactadas pela crise, uma política de isenção extensível igualmente às microempresas recém-criadas.

[3.2] Promoção Empresarial

A promoção empresarial, a par da capacitação institucional, constitui outro vetor estratégico e complementar da intervenção da CCB, em prol da defesa dos interesses da classe empresarial barlaventina, num quadro mais alargado da melhoria contínua do ambiente de negócios.

No ano de 2020, em plena crise sanitária da COVID-19, onde houve um desaceleramento abruito da atividade económica a nível internacional, a CCB reorientou a sua atuação de promoção empresarial para apoiar o Governo e parceiros a empreenderem medidas de curto prazo que pudessem garantir os rendimentos e empregos, minimizando assim o impacto económico da crise.

Em 2021, com o mundo a saber lidar melhor com o vírus da COVID-19, e a vivenciar os impactos nefastos da crise, porém, ainda com restrições várias, a atividade da CCB continuou a pautar por um suporte empresarial que pudesse garantir a subsistência das empresas, em particular, das mais afetadas pela crise.



Durante o ano de 2022, e da necessidade de empreender medidas anticíclicas, as atividades de promoção empresarial tiveram um foco específico na criação de premissas que pudessem acelerar a tão desejada retoma económica, visando recuperar as empresas que resistiram aos impactos das sucessivas crises e cuja situação financeira era gravosa.

Com o Plano de Retoma em marcha, em 2023, o foco passou a estar na promoção de atividades que pudessem facilitar a transição para o relançamento da economia, pelo que durante esse ano a CCB desenvolveu e operacionalizou, em parceria com outras instituições, vários programas de promoção empresarial centrados no relançamento da economia, desde ações de capacitação inter e intraempresa, eventos empresariais temáticos, à internacionalização de empresas através de missões empresariais e prospeções de mercado aos principais parceiros económicos de Cabo Verde, à incubação de ideias de negócios, e em particular, ao empreendedorismo jovem e feminino, e bem como a assistência técnica especializada, todos eles processos que começaram a registar uma procura significativa comparativamente ao período 2020 - 2022.

Em 2024, e já com a economia a libertar-se dos efeitos das anteriores crises, porém com riscos associados a outras tensões geopolíticas, a CCB implementou um plano de promoção empresarial com metas e objetivos pós crise, tendo registado indicadores satisfatórios em todos os processos, e em particular nos eventos que, devido as medidas de restrição sanitárias, acabaram por ser os processos mais afetados pela crise.

[3.2.1] Programa de Assistência Técnica

Em 2024 foram realizadas várias assistências não só às empresas de barlavento como a potenciais investidores externos, com maior demanda na orientação de processos de mobilização de recursos e licenciamento para atividades de importação e venda a grosso, licenciamento industrial, licenças e registos de exportação para a CEDEAO e União Europeia (REX), fiscalidade e despacho aduaneiro.

No que tange aos processos de mobilização de recursos, o acesso ao crédito bancário continua a constar como burocrático, difícil, e de resposta demorada, devendo acrescentar à estas reclamações do setor privado o prazo de espera das licenças emitidas pelas respetivas autoridades nacionais, nomeadamente em relação às atividades industrial, turismo, certificação de microprodução de energia (transição energética), e de exportação para países da CEDEAO.

Os processos de assistência técnica procederam de várias iniciativas empresariais apresentadas a CCB, e em todos os setores, com predominância para o setor do turismo, indústria agroalimentar, transportes e transição energética.

No que concerne à gestão empresarial e particularmente à gestão contabilística e financeira, os pedidos de assistência técnica continuam a estar maioritariamente relacionados com as questões fiscais e legais, como sejam a implementação do e-

Fatura, do SAFT, e bem como com o REMP, particularmente para a transição para o Regime Normal e exclusões a esse regime.

Neste âmbito, a CCB realizou uma série de iniciativas de informação e assistência orientadas às empresas, promulgando os esforços de advocacia para alcançar o objetivo estratégico de melhorar o ambiente de negócio em que os operadores atuam, orientando-os para incentivos e oportunidades que possam traduzir-se em melhores condições de investimento, mais capacidades para inovar, competir e expandir mercados.

Neste quadro de iniciativas destacam-se:

- **Linha BEI – Banco Europeu de Investimento em Cabo Verde**

Resultante de uma parceria estabelecida entre a CCB e o Banco Interatlântico (BI), segundo a qual os recursos do BEI passariam a estar acessíveis para financiar operações em Cabo Verde, traduzindo-se em empréstimos, investimentos de capital ou garantias, atribuídos sem fins lucrativos. A linha de crédito, amplamente divulgada pela CCB, contava com uma central de atendimento no BI, com garantia de assistência e orientação, em 48 horas, aos associados com projetos elegíveis.

- **E-Fatura e Autofacturação**

Várias sessões de informação e esclarecimento foram levadas a cabo pela CCB e parceiros públicos e privados, com a finalidade de apoiar as empresas a maximizar os benefícios do sistema eletrónico de faturação em curso e, mais recentemente, da “Autofacturação Eletrónica”, enquanto mecanismo que possibilita a inclusão dos operadores informais das redes de negócio, contribuindo desta forma para o alargamento da base tributária no país.

- **Assistência Contabilística e Fiscal**

Várias empresas associadas da CCB responderam ao acordo estabelecido entre CCB e BTOC, procurando o adequado cumprimento das obrigações e acesso aos benefícios fiscais, nos termos legais.

Num período em que as empresas preparavam o encerramento das contas, relativamente ao exercício de 2023, várias empresas associadas da CCB foram premiadas pela BTOC com uma assistência técnica adicional, e sem encargos, o que lhes permitiu esclarecer dúvidas específicas e obter informações relevantes para a otimização fiscal das suas operações.

- **Impulsiona – programa de capacitação e assistência**

O novo pacote de financiamento do Banco Mundial, executado pela Pró-Empresa, inclui o programa “Impulsiona”, cuja finalidade é fomentar a iniciativa do lado das empresas do turismo, a ligação e articulação com fornecedores de serviços, criando janelas de oportunidade sustentáveis para ambas as partes.

A CCB entendeu a oportunidade de apoiar os promotores associados na preparação, montagem e desenvolvimento de projetos que pudessem ser elegíveis ao programa, criando uma janela de atendimento online através do site da CCB

[3.2.2] Principais Formações e Eventos promovidos em 2024

No ano de 2024 foram realizadas uma média de duas ações de capacitação empresarial por mês, e catorze eventos, beneficiando associados de todas as ilhas da região de Barlavento, de entre os quais destacamos:

✦ **Formação | Literacia Financeira e Digital**

Como chapéu institucional da Secretaria de Estado e Fomento Empresarial, e o imprescindível engajamento de parceiros estratégicos como o Banco BAI, a CECV, ENAPOR, e o INPS, a CCB desenhou e implementou um programa de capacitação das micro e pequenas empresas, todo ele alicerçado na conjugação de competências fundamentais associadas à literacia financeira e digital, visando resolver necessidades básicas das empresas alvo.

Para cada tema identificado, o desenvolvimento de competências específicas integrou casos práticos e ajustados à realidade dos destinatários, contribuindo para a melhoria do desempenho do negócio e a produção de resultados concretos no dia-a-dia das suas atividades.

Este projeto de capacitação empresarial, cofinanciado às empresas associadas em 90%, integrou onze módulos e um workshop sobre tecnologia fiscal, tendo registado uma adesão expressiva, sobretudo das microempresas.



As formações de “Fatura Eletrónica – Passo a Passo”, “A Contabilidade na Gestão das Empresas”, “Sistema de Proteção Social para MPE's” e “A Tesouraria na Gestão Orçamental” foram as mais concorridas no seio dos destinatários, facto que corresponde ao interesse acrescido em torno de temáticas que diretamente impactam o rendimento das MPE's.

✦ **Formação** | Auditor de Sistemas de Gestão

Este curso foi desenhado para responder às necessidades do INMG – Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, que se encontrava em processo de implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade baseado na norma ISO 9001:2015.

Os 14 participantes de diferentes ilhas reuniram-se nas instalações do INMG no Sal, onde tiveram a oportunidade de se familiarizarem com os conceitos e definições da norma, conhecer os princípios em que se baseia a Gestão da Qualidade, identificar os requisitos estabelecidos pela norma, conhecer as chaves para a implementação de um SGQ aplicando os requisitos, os conhecimentos sobre a implementação e gestão de um SGQ e, particularmente, com as técnicas e práticas para a realização de auditorias a SGQ.



✦ **Formação** | Motivação pessoal e profissional

A motivação pessoal e profissional é intrínseca às pessoas, pelo que ensinar aos profissionais a entenderem as principais razões e efeitos da motivação humana no campo pessoal e profissional, e bem como elevar os níveis de intensidade, direção e persistência das pessoas, são fatores essenciais para o alcance de objetivos, realizações e resultados nas principais áreas da vida.

Neste âmbito, a CCB realizou um curso direcionado aos seus quadros técnicos, expectando fazer um reforço positivo nas suas capacidades, para que possam continuar a dar o melhor de si à casa empresarial.



➤ **Formação** | Gestão do tempo e produtividade

A gestão do tempo é uma ferramenta que ajuda a aumentar a produtividade e a eficiência, ao permitir planear, priorizar e executar tarefas.

Neste quadro, e em jeito de complemento à anterior formação ministrada aos quadros técnicos da CCB, foi realizada esta acção de capacitação *on-job*, com o intuito de aumentar a produtividade e a eficiência pessoal, da equipa, e consequentemente dos processos.



➤ **Evento** | Workshop sobre Obrigações Fiscais e Tecnologias de suporte

A gestão do tempo é uma ferramenta que ajuda a aumentar a produtividade e a eficiência, ao permitir planear, priorizar e executar tarefas.

A relação entre obrigações fiscais e tecnologias de suporte é cada vez mais estreita em Cabo Verde, especialmente com o avanço da digitalização e da automação. As obrigações fiscais, ao incluírem cálculo, declaração e pagamento de impostos, assim como conformidade com a regulamentação tributária, sujeitaram-se a profundas transformações pelo recurso a tecnologias que agilizam processos, reduzem erros e aumentam a transparência.

Neste workshop, os convidados especiais da CCB, Barbara Silva, em representação da DRNE, Pedro Mantez e Rui Almeida, em representação da CEGID, procuraram

simplificar e facilitar o entendimento dos aspetos relevantes e por vezes complexos que combinam a Automatização de Processos, as Declarações Digitais, a IA e Análise de Dados e o Suporte a Conformidade.

Em suma, reafirmou-se a excelente colaboração entre a DNRE e as empresas de tecnologias de suporte, uma simbiose que tornou o cumprimento das obrigações fiscais mais eficiente, preciso e alinhado às expectativas da autoridade fiscal, ao mesmo tempo em que reduz custos operacionais para empresas e cidadãos.



★ Evento | Conferência "Que futuro para o turismo em Cabo Verde"

A cidade de Santa Maria foi palco da conferência "Que Futuro para o Turismo em Cabo Verde?", promovida pelo Programa *Futureshaper* da TUI Care Foundation, o qual reuniu entidades de relevo no setor do turismo e da economia nacional para uma discussão enriquecedora sobre os desafios e oportunidades do turismo no arquipélago.

A Câmara de Comércio do Barlavento aproveitou o contexto deste certame para vincar o compromisso institucional para com o fortalecimento do setor empresarial, no geral, e turístico em particular.

No evento a CCB destacou ainda a importância de estabelecer redes colaborativas entre empresas locais, entidades públicas e organizações internacionais, visando otimizar os benefícios do turismo para a economia regional. Outrossim, reiteramos a necessidade de uma abordagem integrada e estratégica, na qual o setor privado deverá desempenhar um papel fundamental na diversificação da oferta turística e na criação de oportunidades sustentáveis para os negócios locais.



Evento | Fórum Financiar a Redução da Poluição Plástica

A APEMETA - Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais viu aprovado pela “Camões – Instituto da Cooperação e da língua de Portugal, um estudo sobre o “Potencial dos Créditos de Plástico no Âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável – Estudo de Caso em Cabo Verde”.

Nesse quadro, Mindelo acolheu um fórum colaborativo intitulado “Financiar a Redução Plástica em Cabo Verde”, no qual reuniram-se atores diretos e indiretos na cadeia dos plásticos, entre os quais representantes de setores do ambiente, mar, inclusão e desenvolvimento social, administração pública, empresarial, educação e social, todos a favor de soluções inovadoras para a implementação e gestão de créditos de plásticos no país.



Evento | FIC – Feira Internacional de Cabo Verde 2024

Os plano de eventos previstos para o ano 2024 fechou em grande com a participação da CCB, enquanto coorganizador e Administrador não executivo da FIC, S.A., na organização das atividades paralelas da XXVIIª Edição da FIC, o maior evento empresarial do país, e cuja edição 2024 teve lugar na cidade do Mindelo.

Sob o lema “Em prol da paz e do desenvolvimento sustentável”, a CCB, enquanto parceira, esteve incumbida da organização das atividades paralelas inerentes a feira e a montagem do stand institucional das Câmaras de Comércio, enquanto suporte logístico para os vários encontros de negócio (B2B) tidos durante estes quatro dias.

Do programa das atividades paralelas, os destaques vão para as coferências sobre o desempenho da Banca caboverdeana nos últimos 10 anos, e prespetivas de evolução futura, às oportunidades de negócio e investimentos no país, um tema suportado por um estudo realizado pelo Banco Mundial.

Dos eventos paralelos, o destaque vai ainda para a realização da segunda edição do CEO Fórum, um evento restrito que contou com a presneça das empresas com maior volume de negócios no país, tendo o ápice desta edição FIC 2024 coincido com a Gala Empresarial da CCB, onde foram entregues as distinções honrosas de mérito empresarial.



Cerimónia de inauguração da XXVIIª Edição da FIC 2024.



Discurso de abertura do Presidente da CCB.



Cerimónia ds abrtura oficial das atividades paralelas da FIC 2024.



Painés de debate durante os workshop's realizados na FIC 2024.

Evento | Mindelo CEO Fórum (IIª Edição)

A cada dois anos, e no quadro da realização da FIC – Feira Internacional de Cabo Verde em Mindelo, a CCB aproveita a presença dos CEO's das empresas com maior volume de negócios no país para, numa reunião restrita, passar em revista os principais constrangimentos que insistem em emperrar o ambiente de negócios no país, e bem como as mais recentes medidas de política cujo impacto na economia empresarial acabarão por gerar custos de contexto e/ou ineficiências sistémicas, tornando o país menos competitivo.

Neste Fórum foram não só identificadas, mas sobretudo propostas medidas que possam ajudar o Governo numa tomada atempada de decisões, os quais foram endereçados ao Governo, na pessoa da S. Excia o Senhor Primeiro-Ministro.



Cerimónia de inauguração da XXVIIª Edição da FIC 2024.



Discurso de abertura do Presidente da CCB.



Evento | Jantar de gala da CCB (Distinções Honrosas de Mérito Empresarial)

As Distinções Honrosas de Mérito Empresarial são um reconhecimento da Câmara de Comércio de Barlavento (CCB) às empresas suas associadas, cujo empenho e dedicação na materialização de atividades e projetos, com ética empresarial, servem de referência às demais empresas, e/ou contribuem de forma inequívoca para estimular a melhoria do ambiente de negócios num setor, região e país.

Estas distinções visam identificar, premiar e apoiar as empresas associadas da CCB, e em casos excepcionais, parceiros, com o propósito de dinamizar o espírito de iniciativa e distinguir os promotores, valorizando o projeto de forma integrada, de acordo com critérios assentes no potencial do negócio e no perfil dos empreendedores.

As categorias de distinções em 2024 foram cinco, a saber:

- **Jovem empreendedor**, onde a empresa galardoada foi a EMJ Consulting;
- **Mulher empreendedora**, onde a empresa galardoada foi a ATLANTILES, Lda;
- **Responsabilidade Socioambiental**, onde a empresa galardoada foi a ENAPOR;
- **Inovação empresarial**, onde a empresa galardoada foi a JMP;
- **Parceiro Estratégico**, onde a instituição galardoada foi a OIT – Organização Internacional do Trabalho.

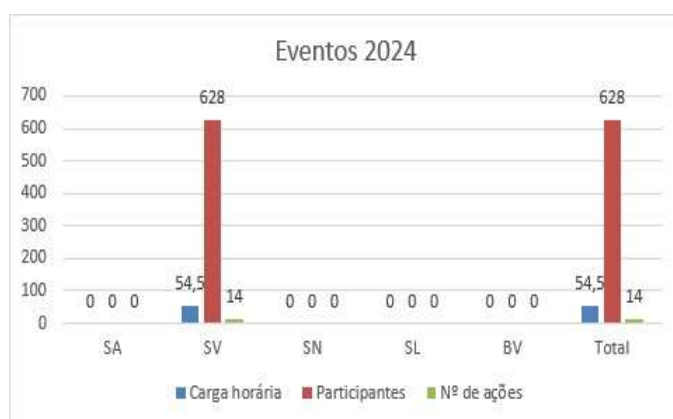
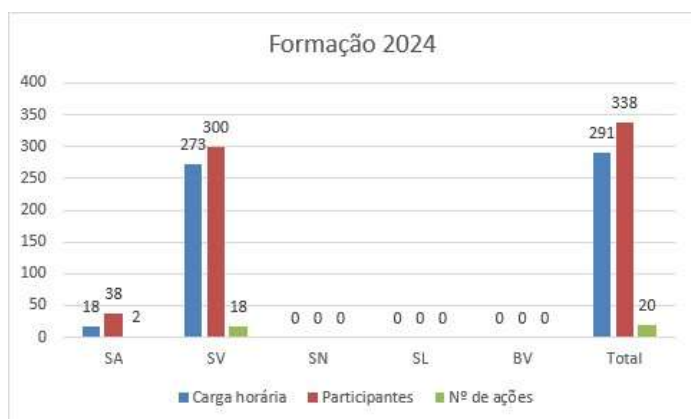


Jantar de Gala da CCB que contou com a presença dos associados e parceiros.



Entrega das distinções honrosas de mérito empresarial aos associados e parceiros.

Gráfico 1 – Dados estatísticos 2024



Em 2024 foram realizadas um total de 20 ações de formação e 14 eventos, uma média de 02 formações e 01 evento por mês, representando 345 horas e beneficiando 966 participantes de todas as ilhas da região de Barlavento.

[3.2.3] Apoio à Internacionalização

O processo de internacionalização passa necessariamente por expandir a atuação das nossas empresas para o mercado internacional, desde a importação e exportação de produtos, até a produção de produtos e serviços em outros países. Com um mercado cada vez mais globalizado, a internacionalização torna-se uma saída estratégica, requerendo, no entanto um suporte institucional contínuo, baseada numa estratégia assertiva que tenha, desde logo, as realização de missões empresariais ao exterior, inversas, eventos feirais e encontros de negócios, como as atividades de suporte.

Neste quadro, a CCB implementou um conjunto de ações com foco na internacionalização, dos quais destacamos:

- **SAGALEXPO – Feira dos Sabores de Portugal**, uma das maiores montras do setor agroalimentar português, onde produtores, exportadores e importadores encontram uma plataforma ideal para fazerem negócios. A delegação empresarial da CCB integrou 22 empresas;
- **TEKTÓNICA – Feira Internacional da Construção**, considerado como o ponto de encontro dos profissionais que constroem o futuro, e com soluções sustentáveis e amigas do ambiente, onde 08 empresas associadas da CCB marcaram presença;
- **NAVALIA – Exibição Internacional do Setor da Construção Naval**, o maior evento internacional do setor em Espanha, e igualmente um dos três maiores eventos temáticos realizados na União Europeia, onde Cabo Verde tem tido uma presença assídua há mais de uma década. Tendo em conta a importância estratégica da cooperação bilateral com Espanha e as oportunidades que este evento potencia, a delegação de Cabo Verde marcou presença através de um stand institucional, albergando 7 representantes institucionais e empresariais;
- **CONCRETA**, que já se assumiu como sendo o grande encontro internacional de Arquitetura, Construção, Engenharia e Design, contou igualmente com uma presença expressiva dos associados da CCB (14 empresas participantes).

De ressaltar que o apoio à internacionalização, e em particular, na realização das missões empresariais ao exterior, tem sido muito facilitada pela cooperação interinstitucional com a Embaixada de Portugal/AICEP e o CCV – Centro Comum de Vistos que tem dispensado um tratamento preferencial às empresas associadas da CCB no processo de agendamento dos vistos, disponibilizando à CCB um canal de contacto direto para facilitar todas as formalidades legais.



SAGALEXPO 2024 – Feira dos Sabores de Portugal.



TEKTONICA 2024 – Feira Internacional de Construção Civil.



NAVALIA – Exibição Internacional do Setor da Construção Naval.



CONCRETA 2024 – Feira de Construção Civil, Arquitectura, Engenharia e Design.

[3.2.4] Incubação de ideias de negócio

A incubadora multissetorial da CCB, e em funcionamento desde o dia 01 de março de 2021, alberga atualmente três *start-ups* na modalidade de incubação virtual, com o compromisso de apoiá-los no desenvolvimento dos seus negócios, prestando assistência técnica requerida em todas as fases da incubação, durante um período de 06 meses.

Durante o período de incubação, as empresas incubadas dispõem de toda a assistência técnica acessível na CCB, sendo que em casos específicos onde não existe expertise interna, são ainda contratados consultores para garantir a mentoria necessária, consultoria ou mesmo formação.

A Incubadora Multissetorial de São Vicente (IMSV) dispõe ainda de espaços para *coworking*, uma solução económica muito utilizada pelas *start-up* 's tão logo deixam o processo de incubação.

[3.3] Janela do Empresário (Serviços públicos de âmbito empresarial)

Através de um balcão integrado de serviços, a CCB também inclui no seu portefólio de produtos os serviços de promoção empresarial, os serviços públicos de licenciamento comercial (importação, venda a grosso e exportação), registo da empresa no dia, a emissão de certificados de admissibilidade de firmas, o NIF, a emissão do registo criminal, e bem como o Registo de Exportador para a União Europeia (REX), com o propósito de disponibilizar através num balcão único, e de forma integrada, todos os serviços interrelacionados com o licenciamento comercial.

Durante o ano de 2024, e ainda que o licenciamento comercial continuou a figurar como o serviço público mais solicitado na CCB, houve, todavia, uma redução nas licenças solicitadas e emitidas (importação + exportação), comparativamente ao ano transato (2023), e na proporção de -14%. Devemos, no entanto, destacar que em Santo Antão houve um registo positivo (crescimento em 50%), muito impulsionado pela solicitação de licenças de importação de materiais diversos.

As ilhas de São Vicente, Sal e Santo Antão, representam conjuntamente 94% da capacidade de importação na Região Norte, o que espelha a vitalidade comercial e peso preponderante destas três ilhas na dinâmica empresarial desta Região.

Tabela 4 - Licenças emitidas (Importação + Exportação) 2020 - 2024

Ilhas	2020	2021	2022	2023	2024	Δ % 23-24	Δ % 2024
São Vicente	29	38	38	35	31	↓ -11%	53%
Santo Antão	6	12	10	4	6	↑ 50%	10%
S. Nicolau	2	4	2	5	2	↓ -60%	3%
Sal	16	9	9	20	18	↓ -10%	31%
Boa Vista	8	2	1	5	2	↓ -60%	3%
Total	61	65	60	69	59	↓ -14%	100%

As ilhas de São Nicolau e Boa Vista seguiram a tendência negativa verificada em 2024, tendo ambas registado variações de -60%. De salientar que continuam a figurar como as ilhas com menos licenças solicitadas e emitidas ao longo dos anos, muito provavelmente condicionadas pelas fracas condições logísticas existentes nessas ilhas e respetiva exiguidade do mercado.

No cômputo geral, São Vicente continua sendo a ilha com o maior número de licenças solicitadas e emitidas (53%), seguida do Sal (31%), Santo Antão com 10%, e finalmente São Nicolau e Boa Vista, ambas com 3%, respetivamente.

Tabela 5 - Empresas com licença ativa 2020 - 2024

Ilhas	Importação						Exportação					
	2020	2021	2022	2023	2024	Δ % 23-24	2020	2021	2022	2023	2024	Δ % 23-24
São Vicente	190	226	221	241	238	↓ -1%	15	11	18	22	7	↓ -68%
Santo Antão	23	29	35	32	34	↑ 6%	6	6	9	6	2	↓ -67%
S. Nicolau	11	16	15	17	17	0%	1	1	0	3	0	↓ -100%
Sal	99	100	98	124	121	↓ -2%	2	3	3	3	0	↓ -100%
Boa Vista	29	31	32	39	28	↓ -28%	0	0	0	0	0	0%
Total	352	402	401	453	438	↓ -3,3%	24	21	30	34	9	↓ -73,5%

No que se refere as empresas com licenças de importação ativas na Região, o número de empresas com licenciadas diminuiu de 2023 para 2024, à exceção de Santo Antão, onde houve um registo positivo de 6%, e São Nicolau onde o número de licenças ativas manteve-se inalterado. Entre os motivos apresentados para a suspensão das licenças, está o facto de algumas empresas não poderem importar enquanto tiverem registo de dívidas fiscais, para além do facto de em alguns casos os custos de contexto tornaram praticamente impossível conseguirem preços tão competitivos quanto as grandes superfícies comerciais que, em muitos produtos beneficiam de exclusividade na sua distribuição no país.

Quanto as empresas com licenças de exportação ativas, Boa Vista continua a não ter nenhuma empresas exportadora, sendo que nas demais ilhas houve um registo negativo no número de licenças de exportação ativas, com particular destaque em São Nicolau e Sal onde todas as licenças de exportação foram suspensas.

Ainda sobre as exportações, São Vicente, ainda que tenha tido um registo negativo em 2024, continua a ser a ilha com maior número de empresas exportadoras, confirmando assim ser o polo industrial do país, com impacto na taxa de emprego, receitas fiscais e contribuição social, e não menos importante, balança de transações correntes.

Tabela 6 - Receitas do serviço de Licenciamento Comercial 2020 - 2024

Ilhas	2020	2021	2022	2023	2024	Δ % 23-24	Δ % 2024
São Vicente	10 250 064	11 202 000	10 525 000	11 137 000	10 982 000	↓ -1%	56%
Santo Antão	1 347 000	1 491 000	1 881 000	1 563 000	1 723 000	↑ 10%	9%
S. Nicolau	523 000	605 000	704 000	789 000	737 000	↓ -7%	4%
Sal	4 334 000	4 530 000	4 185 000	4 787 000	4 943 000	↑ 3%	25%
Boa Vista	1 370 000	1 409 000	1 726 000	1 661 000	1 252 000	↓ -25%	6%
Total	17 824 064	19 237 000	19 021 000	19 937 000	19 637 000	↓ -2%	100%

A redução do número de licenças, tanto ativas como solicitadas e emitidas, tem consequentemente um impacto negativo nas receitas do serviço de licenciamento comercial, sendo que de 2023 para 2024 este impacto situou-se em -2%, uma variação absoluta de -300.000 ECV.

Resumindo, existem na Região de Barlavento 438 empresas licenciadas para importar, e apenas 09 empresas com licença ativa para exportação.

Os serviços da janela do empresário contam ainda, para além do Licenciamento Comercial, com os serviços de registo da empresa no dia onde foram processados 05 pedidos durante o ano de 2024, emissão de certificados de admissibilidade de firmas onde foram processados igualmente 05 pedidos, emissão do NIF, emissão do registo criminal, e bem como o Registo de Exportador para a União Europeia (REX) onde foram processados também 03 pedidos.

De salientar que estes e os demais serviços que compõe o portefólio da CCB, são monitorizados no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade (ISO 9001:2015), tendo a avaliação de satisfação dos usuários em 04, de Muito Satisfeito, numa escala de 1 a 4, ou seja, a atenção e a informação prestadas na disponibilização destes serviços foram consideradas de excelente pelos usuários.



[4] Relatório Financeiro

[4.1] Análise Realização do Orçamento

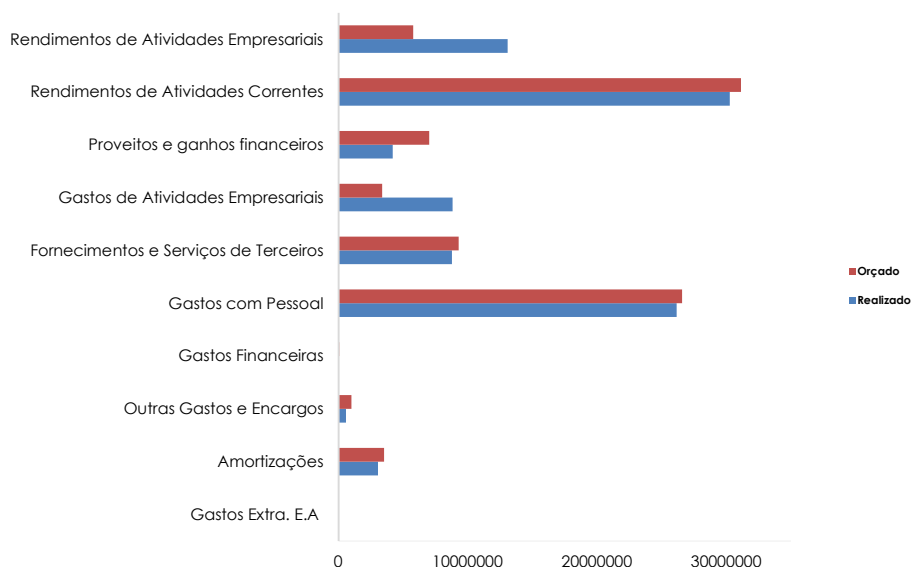
Conforme plasmado no início deste relatório, a estratégia de capacitação institucional para 2024 teve como foco principal a análise do Plano Mandato para um *follow-up* consequente, uma vez que o ani em apreço coincide com o fecho de um ciclo de mandato (2020 – 2024).

O orçamento global realizado de 47.505.601 ECV (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e um escudos), excedeu o previsto (45.910.440 ECV), em cerca de 3.595.161 ECV, um desvio positivo que, conjugado com outras medidas de gestão, permitiu registar um resultado líquido positivo—e no valor de 100.257 ECV. As razões que justificam esta performance financeira podem ser resumidas nos pontos seguintes:

- ★ Pela realização de algumas atividades empresariais referentes a rúbrica de missões empresariais, formações e organização de eventos que superaram o orçamentado;

- ★ Pelo aumento dos proveitos e ganhos financeiros provenientes dos juros de depósitos à prazo e rendas do "Centro de Negócios da CCB", propriedade de investimento, com a disponibilização das salas (conferência, formação convencional e multimédia);
- ★ Pela contenção da maioria dos gastos de atividades correntes, na medida em que não atingiram o valor orçado, e os que excederam, ligeiramente, não foram suficientes para afetar o total orçado;
- ★ Os gastos das atividades empresariais, missões e formações, foram suportados pelos respetivos rendimentos, gerando assim um desvio positivo;

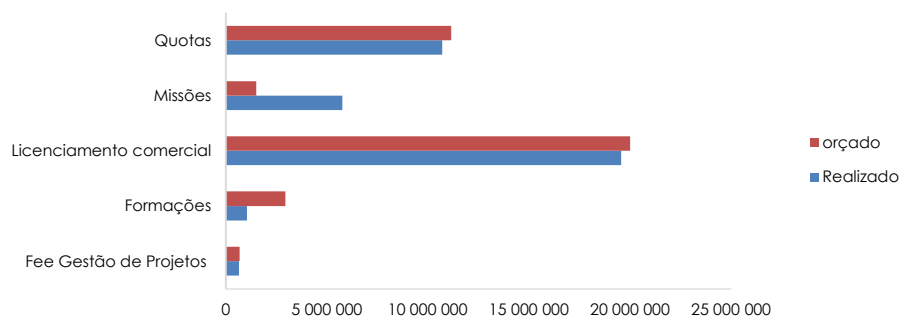
De referir ainda que em 2024 a CCB reembolsou integralmente todos os créditos bancários até então pendentes, o que permitirá a instituição criar espaço orçamental para reforçar os projetos de promoção de capacitação institucional e promoção empresarial.



★ Rendimentos Previstos e Realizados

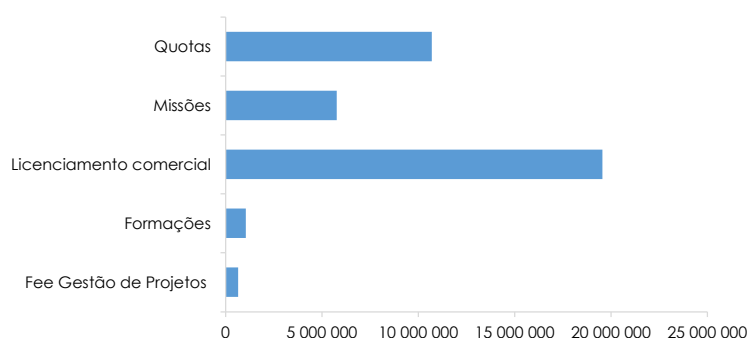
Os rendimentos estão agrupados em:

- Rendimentos de atividades empresariais;
- Rendimentos de atividades correntes;
- Proveitos e ganhos financeiros.



★ Origem dos Rendimentos

Os rendimentos advieram dos serviços disponibilizados aos associados e ao público em geral, nomeadamente formação profissional, organização de eventos, quotização, licenciamento comercial, rendas, entre outros.



O serviço de licenciamento comercial continua a ocupar o 1º lugar no ranking de serviços de promoção empresarial prestados pela CCB, com 47%, seguido da quotização dos associados com 26%, rendas de exploração de espaços, com 9%, missões empresariais com 14%, formação Profissional, 2%, e Fee de gestão de projetos com 02%.

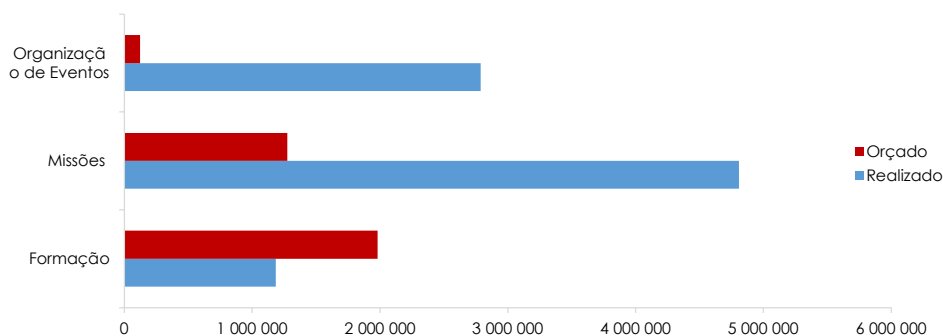
A contribuição das ilhas nos “rendimentos de 2024” correspondem a seguinte proporção, por ordem decrescente: São Vicente com 74%, Sal com 15%, Santo Antão com 6%, Boa Vista com 3%, e finalmente São Nicolau com 2%.

É importante evidenciar a capacidade da CCB em captar, junto de parceiros nacionais e internacionais, recursos para apoiar a realização de vários projetos de capacitação institucional e empresarial, com o objetivo de aliviar a tesouraria da instituição, por um lado, e por outro, proporcionar economia de custos aos associados, disponibilizando-os serviços em condições preferenciais, comparativamente aos não associados.

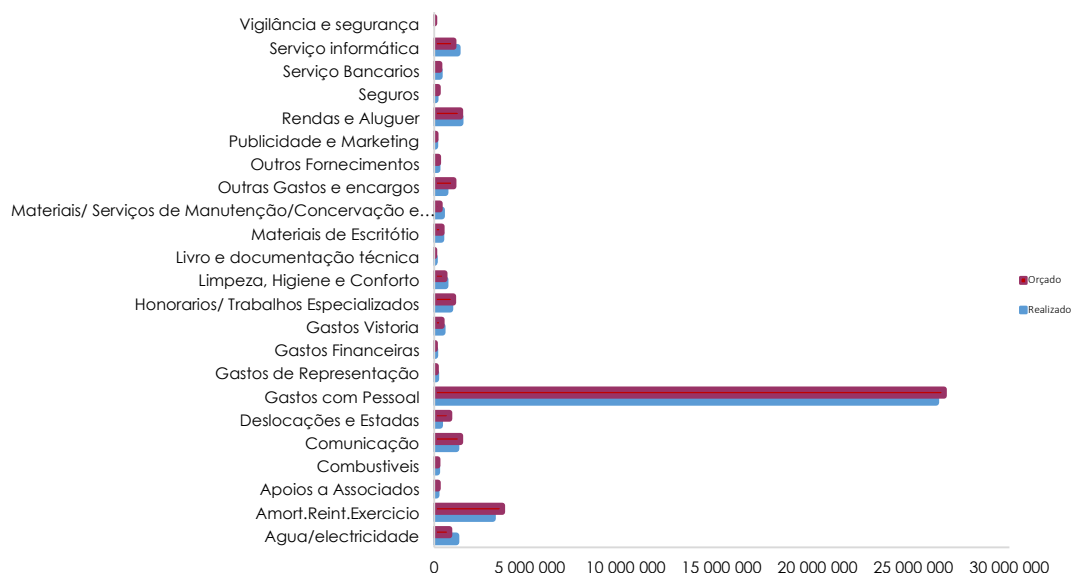
★ Gastos Previstos e realizados

À semelhança dos rendimentos, os gastos estão divididos em:

- **Gastos de atividades empresariais:**



— **Gastos de atividades correntes:**

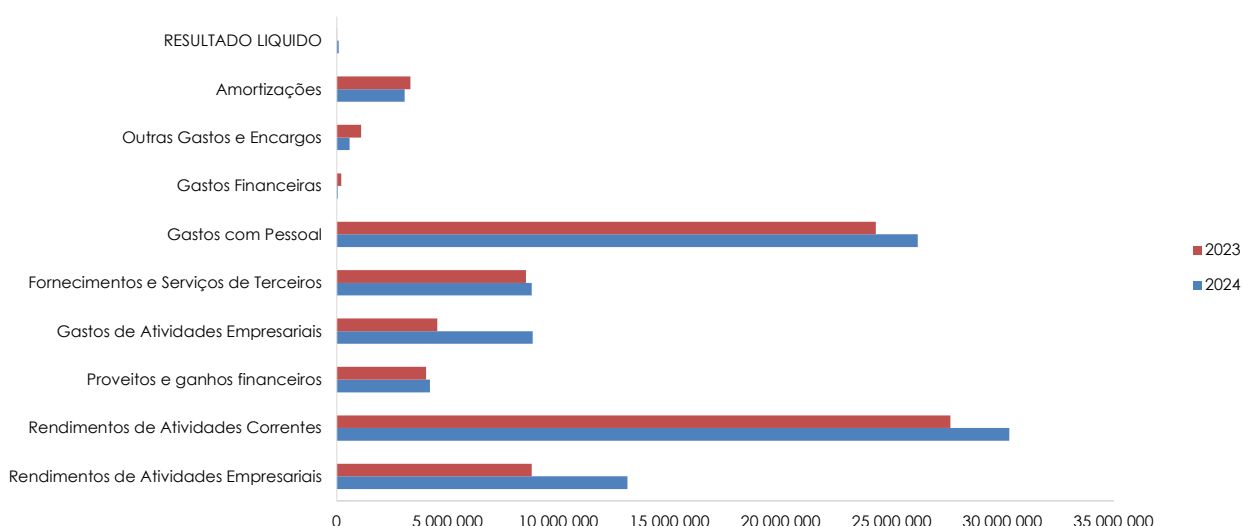


- **Gastos de exploração de propriedade de investimento** – são gastos de funcionamento do “Centro de Negócios”, a saber: Eletricidade, conservação e reparação, limpeza e higiene, IUP, gastos financeiros, seguro, amortizações e reintegração de edifícios e equipamentos.
- **Gastos de exploração de Incubadora multisectorial de São Vicente** - são gastos de funcionamento da “Incubadora de empresas”, tais como: Eletricidade, água, comunicação, despesas com pessoal, honorários de prestadores de serviços, conservação e reparação, limpeza e higiene, material de escritório.

[4.2] Análise

Financeira 2024 – 2023

A comparação do resultado líquido do exercício de 2024 (100.000 ECV positivos) em relação ao de 2023 (19.000 ECV positivos) indica um ligeiro aumento, a nível financeiro, e na ordem dos 80.000 ECV.



O gráfico supra demonstra que a comparação entre o exercício 2024 e 2023, a nível financeiro, apresenta uma ligeira diferença positiva, devendo realçar que os rendimentos de atividades empresariais (missões, formações, etc.) excederam os de 2023.

No cômputo geral houve um aumento de rendimento e diminuição dos gastos, devido a:

- ✦ Aumento de rendimentos de atividades empresariais;
- ✦ Aumento de rendimentos "Proveitos e ganhos financeiros" relativos às rendas da propriedade de investimento;
- ✦ Diminuição generalizada dos gastos;
- ✦ Reforço da previsão de férias dos colaboradores.

Neste quadro, e pelas razões apresentadas anteriormente, pode-se inferir que o exercício de 2024 pode ser considerado mais vantajoso para CCB, tanto em termos económicos como financeiros.

[5] ANEXOS

[5.1] Mapa do Desvio Orçamental

Rubrica	Anual		
	Acumulado	Previsto	Varição
Rendimentos de Atividades Empresariais	13 104 371,00	5 801 000,00	7 303 371,00
Missões	5 773 167,00	1 500 000,00	4 273 167,00
Formações	1 053 254,00	2 950 000,00	-1 896 746,00
Eventos	4 039 342,00	350 000,00	3 689 342,00
FEE Gestão de Projetos	648 468,00	685 000,00	-36 532,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00
Outras Atividades	1 590 140,00	316 000,00	1 274 140,00
Rendimentos de Atividades Correntes	30 296 256,00	31 150 000,00	-853 744,00
Quotas	10 705 500,00	11 150 000,00	-444 500,00
Licenciamento Comercial	19 562 000,00	20 000 000,00	-438 000,00
Outras Atividades	28 756,00	0,00	28 756,00
Proveitos e ganhos financeiros	4 205 231,00	7 040 000,00	-2 834 769,00
Juros de depósito bancário	119 339,00	100 000,00	19 339,00
Rendas Propriedade Investimento - "Centro	3 900 000,00	6 500 000,00	-2 600 000,00
Outros Proveitos	185 892,00	440 000,00	-254 108,00
Rendimentos Extra.E.A	0,00	0,00	0,00
TOTAL RENDIMENTOS	47 605 858,00	43 991 000,00	3 614 858,00
Gastos de Atividades Empresariais	8 828 675,00	3 378 000,00	5 450 675,00
Missões	4 809 778,00	1 275 000,00	3 534 778,00
Formação	1 185 514,00	1 980 000,00	-794 486,00
Antenas	0,00	0,00	0,00
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	0,00
Organização de Eventos	2 788 132,00	123 000,00	2 665 132,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00
Outras não especificadas	45 251,00	0,00	45 251,00
Gastos de Atividades Correntes			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	8 790 871,00	9 303 440,00	(512 569,0)
Água/Electricidade	1 150 237,00	800 000,00	350 237,0
Combustíveis	144 570,00	180 000,00	(35 430,0)
Materiais/ Serviços de	405 865,00	300 000,00	105 865,0
Materiais de Escritório	370 156,00	400 000,00	(29 844,0)
Publicidade e Marketing	60 082,00	80 000,00	(19 918,0)
Livro e documentação técnica	6 415,00	10 000,00	(3 585,0)
Limpeza, Higiene e Conforto	593 255,00	554 000,00	39 255,0
Gastos Vistoria	439 103,00	400 000,00	39 103,0
Rendas e Aluguer	1 368 040,00	1 368 440,00	(400,0)
Gastos de Representação	103 762,00	100 000,00	3 762,0
Comunicação	1 154 002,00	1 376 000,00	(221 998,0)
Seguros	69 030,00	200 000,00	(130 970,0)
Vigilância e segurança	0,00	25 000,00	(25 000,0)
Serviço informático	1 223 236,00	1 015 000,00	208 236,0
Deslocações e Estadas	294 019,00	800 000,00	(505 981,0)
Honorários/ Trabalhos Especializados	828 953,00	1 000 000,00	(171 047,0)
Serviços bancários	293 826,00	280 000,00	13 826,0
Apoios aos Associados	116 264,00	200 000,00	(83 736,0)
Outros Fornecimentos	170 056,00	215 000,00	(44 944,0)
Gastos com Pessoal	26 181 974,00	26 599 000,00	-417 026,00
Ordenados e Salários	18 423 008,00	18 834 000,00	-410 992,00
Remunerações Adicionais	2 838 265,00	3 586 000,00	-747 735,00
Encargos Patronais	3 198 773,00	3 519 000,00	-320 227,00
Outras Gastos com pessoal	1 721 928,00	660 000,00	1 061 928,00
Gastos Financeiras	52 753,00	60 000,00	-7 247,00
Juros Suportados	52 753,00	60 000,00	-7 247,00
Outras Gastos e Encargos	589 209,00	1 020 000,00	-430 791,00
Gastos projetos investimento "Centro de	56 452,00	700 000,00	-643 548,00
Donativos	0,00	0,00	0,00
Outras Gastos e Encargos	532 757,00	320 000,00	212 757,00
Amortizações	3 062 119,00	3 550 000,00	-487 881,00
Provisões Exercício	0,00	0,00	0,00
Gastos Extra. E.A (82/83)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE GASTOS	47 505 601,00	43 910 440,00	3 595 161,00
RESULTADO Líquido	100 257,00	80 560,00	19 697,00

[5.2] Mapa de Execução orçamental 2024 –2023

Rubrica	Anual		
	2024	2023	Variação
Rendimentos de Atividades Empresariais	13 104 371,00	6 251 475,00	4 321 439,00
Missões	5 773 167,00	3 933 601,00	1 839 566,00
Formações	1 053 254,00	1 913 454,00	(860 200,00)
Eventos	4 039 342,00	0,00	1 507 885,00
FEE Gestão de Projetos	648 468,00	404 420,00	244 048,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	-
Outras Atividades	1 590 140,00	0,00	1 590 140,00
Rendimentos de Atividades Correntes	30 296 256,00	31 125 288,00	(829 032,00)
Quotas	10 705 500,00	11 153 000,00	(447 500,00)
Licenciamento Comercial	19 562 000,00	19 937 000,00	(375 000,00)
Outras Atividades	28 756,00	35 288,00	(6 532,00)
Proveitos e ganhos financeiros	4 205 231,00	6 567 869,00	168 819,00
Juros de depósito bancário	119 339,00	133 694,00	(14 355,00)
Rendas Propriedade Investimento - "Centro Negocio"	3 900 000,00	6 431 457,00	-
Outros Proveitos	185 892,00	2 718,00	183 174,00
Rendimentos Extra.E.A	0,00	0,00	-
TOTAL RENDIMENTOS	47 605 858,00	43 944 632,00	3 661 226,00
Gastos de Atividades Empresariais	8 828 675,00	4 531 022,00	4 297 653,00
Missões	4 809 778,00	3 068 291,00	1 741 487,00
Formações	1 185 514,00	1 458 931,00	(273 417,00)
Antenas	0,00	0,00	-
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	-
Organização de Eventos	2 788 132,00	3 800,00	2 784 332,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	-
Outras não especificadas	45 251,00	0,00	45 251,00
Gastos de Atividades Correntes			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	8 790 871,00	8 535 020,00	255 851,00
Água/Eletricidade	1 150 237,00	1 016 262,00	133 975,00
Combustíveis	144 570,00	151 074,00	(6 504,00)
Materiais/ Serviços de Manutenção/Conservação e Reparação	405 865,00	200 674,00	205 191,00
Materiais de Escritório	370 156,00	378 668,00	(8 512,00)
Publicidade e Marketing	60 082,00	38 635,00	21 447,00
Livro e documentação técnica	6 415,00	0,00	6 415,00
Limpeza, Higiene e Conforto	593 255,00	507 648,00	85 607,00
Gastos Vistoria	439 103,00	403 549,00	35 554,00
Rendas e Aluguer	1 368 040,00	1 323 600,00	44 440,00
Gastos de Representação	103 762,00	26 649,00	77 113,00
Comunicação	1 154 002,00	1 071 918,00	82 084,00
Seguros	69 030,00	191 114,00	(122 084,00)
Vigilância e segurança	0,00	0,00	-
Serviços informáticos	1 223 236,00	1 030 899,00	192 337,00
Deslocações e Estadas	294 019,00	580 963,00	(286 944,00)
Honorários/ Trabalhos Especializados	828 953,00	1 025 704,00	(196 751,00)
Serviços bancários	293 826,00	326 647,00	(32 821,00)
Apoios a Associados	116 264,00	155 506,00	(39 242,00)
Outros Fornecimentos	170 056,00	105 510,00	64 546,00
Gastos com Pessoal	26 181 974,00	24 287 168,00	1 894 806,00
Ordenados e Salários	18 423 008,00	17 420 436,00	1 002 572,00
Remunerações Adicionais	2 838 265,00	3 345 533,00	(507 268,00)
Encargos Patronais	3 198 773,00	3 084 976,00	113 797,00
Outras Gastos com pessoal	1 721 928,00	436 223,00	1 285 705,00
Gastos Financeiras	52 753,00	216 363,00	(163 610,00)
Juros Suportados	52 753,00	216 363,00	(163 610,00)
Outras Gastos e Encargos	589 209,00	1 107 240,00	(518 031,00)
Gastos projetos investimento "Centro de Negocio"	56 452,00	788 416,00	(731 964,00)
Donativos	0,00	0,00	-
Outras Gastos e Encargos	532 757,00	318 824,00	213 933,00
Amortizações	3 062 119,00	3 323 029,00	(260 910,00)
Provisões Exercício	0,00	0,00	-
Gastos Extra. E.A	0,00	1 925 112,00	(1 925 112,00)
TOTAL DE GASTOS	47 505 601,00	43 924 954,00	3 580 647,00
RESULTADO LIQUIDO	100 257,0	19 678,0	80 579,0

[5.3] Balanço 2024 –2023

	Notas	31-12-2024 Valores	31-12-2023 Valores
ATIVO			
Ativo Não Corrente	1		
Ativos Fixos Tangíveis	b),c),d)		
Terrenos e Recursos Naturais		590 257	590 257
Edifícios e Outras Construções		2 556 837	3 141 626
Equipamento de Transporte		0	0
Equipamento Administrativo		1 290 718	1 343 098
Outros Ativos Fixos Tangíveis		1 295 172	2 358 794
Total		5 732 984	7 433 775
Propriedades investimento	a)		
Edifícios e Outras Construções		12 032 434	13 879 930
Total		12 032 434	13 879 930
Ativos Intangíveis	e)		
Programas de Computador		0	0
Outros Ativos Intangíveis		0	0
Total		0	0
Outros Ativos Financeiros	f)	0	0
Total		0	0
Investimentos em Curso	g)	0	2 333 383
Total		0	2 333 383
Total do Ativo não Corrente		17 765 418	23 647 088
Ativo Corrente			
Cliente	2	185 947	397 615
Outras Contas a Receber	3	211 139	85 584
Pessoal	7	0	4 619
Diferimentos	8	311 023	475 334
Caixa e Depósitos Bancários	9	24 460 758	21 924 900
Total do Ativo Corrente		25 168 867	22 888 052
Total do Ativo		42 934 285	46 535 140
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	12,13		
Capital Próprio			
Outras Reservas		39 287 626	39 287 626
Resultados Transitados		(3 231 346)	(3 956 817)
Resultado Líquido do Período		100 257	19 678
Total do Capital Próprio		36 156 537	35 350 487
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Financiamentos Obtidos	6	0	0
Total do Passivo não Corrente		0	0
Passivo Corrente		0	0
Fornecedores	4	652 224	814 411
Estado e Outros entes Públicos	5	728 419	666 567
Financiamentos Obtidos	6	0	1 717 439
Acionistas/Sócios		0	0
Outras Contas a Pagar	3	1 558 019	5 556 877
Pessoal	1 i)	1 667 864	434 493
Diferimentos	8	2 171 222	1 994 866
Total do Passivo Corrente		6 777 748	11 184 653
Total do Passivo		6 777 748	11 184 653
Total do Capital Próprio e do Passivo		42 934 285	46 535 140

[5.4] Demonstração de Resultados 2024 -2023

RÚBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2023	2022
		Valores	Valores
Rendimentos Atividades Empresariais	12	6 251 475,00	11 813 863,00
Rendimentos Atividades Correntes	12	31 125 288,00	30 044 373,00
Outros Rendimentos e Ganhos	12	6 567 869,00	6 303 861,00
Resultado Operacional Bruto		43 944 632,00	48 162 097,00
Gastos Atividades Empresariais	11	4 531 022,00	8 509 035,00
Fornecimentos e Serviços Externos	11	8 535 020,00	8 607 735,00
Valor Acrescentado Bruto		30 878 590,00	31 045 327,00
Gastos com o Pessoal	11	24 287 168,00	25 147 870,00
Gastos Financeiras - "Juros Suportados"		216 363,00	398 134,00
Outros Gastos e Perdas	11	1 107 240,00	1 291 902,00
Resultados Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos		5 267 819,00	4 207 421,00
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	11	3 323 029,00	3 860 663,00
Perdas/reversões por Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis		1 925 112,00	0,00
Resultado Operacional (Antes de Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos)		19 678,00	346 758,00
Resultado Antes de Impostos		19 678,00	346 758,00
Imposto Sobre Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		19 678,00	346 758,00

[5.5] Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados 2024 - 2023

INFORMAÇÃO GERAL

Identificação da entidade: Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial (CCB)

Sede social: Avenida 5 de Julho, N°25, Mindelo, São Vicente - Caixa Postal: 728

Delegações: ilha do Sal, Santo Antão (Porto Novo), Boa Vista e São Nicolau

Natureza da atividade: instituição sem fim lucrativo no âmbito de apoio ao sector privado.

A Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial (CCB) é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, cujos fins essenciais são a promoção do desenvolvimento das atividades económicas compreendidas, nos setores do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Região de Barlavento, a dinamização do associativismo empresarial, e a defesa dos interesses dos agentes económicos da região.

Exerce a sua atividade em toda a região de Barlavento, com delegações nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, e Boa Vista.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2009.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, em conformidade com o *Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF)*, tendo em conta as principais políticas contabilísticas: i) Comparabilidade; ii) Relevância; iii) Fiabilidade;

Os órgãos de gestão também exercem julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

a) Propriedade de investimento

Estão registadas como propriedade de investimento, partes do Centro de Negócio e o edifício localizado em Alto Miramar. O Centro de Negócios é composto por 4 pisos, incluindo: a cave com uma sala de formação multimédia; piso térreo com uma sala de formação e reuniões; segundo piso com uma sala de conferências; e nos terceiro e quarto pisos, espaços que podem ser arrendados para escritórios.

Os espaços de arrendamento para escritório, tanto no Centro de Negócios como no de Alto Miramar, continuam ocupados pelo Instituto Marítimo Portuário (IMP).

A renda é mensal e o contrato tem a validade de um ano, renovável automaticamente por igual período. Não transitou para 2024 nenhum pendente, ou seja, a 31 de dezembro do ano transato as rendas estavam liquidadas.

Os gastos e os rendimentos inerentes à exploração do referido edifício "Centro de Negócios" foram contabilizados nas contas de rendimentos e gastos em propriedades de investimento.

b) Os Ativos fixos tangíveis

Encontram-se mensurados ao custo de aquisição, que inclui valor de fatura de fornecedor acrescido de todos os gastos de compra e instalação, deduzidas as depreciações.

Em 2024 o investimento em ativos fixos tangíveis foi em torno de 981.000 ECV (novecentos e oitenta e um mil escudos), em equipamentos administrativos e informáticos, para Sede (um computador, um portátil, um projetor e painéis de sistema solar), e um computador cada para as Delegações em Santo Antão, São Nicolau, Sal e Boa Vista.

As despesas de conservação e reparação que não aumentaram a vida útil dos

ativos, e nem resultaram em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gastos do período.

Encontra-se pendente a reavaliação do edifício “Centro de Negócios”, e a viatura institucional foi reavaliada, pelo que registo será efetuado em 2025.

c) Depreciações/Amortizações

São calculadas sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são: i) edifícios e outras construções 4%; ii) equipamentos de transportes 12,5%; iii) equipamento administrativo, mobiliário e diversos 10% a 25%, e iv) outros ativos fixos tangíveis 5%.

Foram registadas as amortizações acumuladas referentes às propriedades de investimento (Centro de Negócios – 1/3) e ativo fixo tangível (Sede).

d) Abates de ativos fixos

Em 2024 foram registados dois abates, referentes a alguns painéis do sistema solar, cerca de 70% e um computador, na sede. Esses equipamentos ainda não estavam totalmente amortizados e formam, adquiridos em 2019 e 2021.

e) Ativos intangíveis e amortizações

No ano transato não foi feito nenhum investimento em ativos intangíveis. Manteve-se o software contabilístico “PRIMAVERA” que está amortizado desde 2013.

f) Investimento financeiros

Em 2023 o valor do investimento em ativo financeiro é (0) zero, pelas seguintes razões:

- i.O investimento de 6.875.000 (seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil escudos) correspondentes a 27,5% de participação da CCB no capital de SGZ – Sociedade de Gestão da Zona Industrial do Lazareto, foi registado como perda do exercício, e no valor de 1.925.000 escudos, sendo que o valor remanescente (4.950 .000 escudos) foi anulado, em contrapartida da conta de imparidade acumulada. Essa decisão foi suportada na deliberação do governo em extinguir o SGZ.
- ii.O investimento financeiro referente a participação no capital na Sociedade AFROVERDE – CAPITAL PARTNERS, S.A., NIF 27164209, realizado em 2016, e no valor de 1.000.000 (um milhão de escudos), que correspondia a 1.000 (mil) ações a ser realizado em dinheiro. Em 2026 foi realizado 30% do capital, no montante de 300.000 (trezentos mil escudos), e o valor restante, na ordem de 700.000 (setecentos mil escudos), foi anulando em 2022. Em 2019, foi constituído uma perda por imparidade no valor do capital realizado (300.000 escudos), não havendo mais riscos para CCB/AE.

g) Investimentos em curso

Em 2024, os movimentos da conta de investimentos em curso ficaram saldados, ou seja, foram devidamente registados nas contas de resultados e ativos fixo tangíveis.

Os montantes incluídos na rubrica de investimentos em curso que correspondiam aos gastos inerentes a construção de quatro pavilhões na Zona Industrial “ZIL”, registados em 2020, foram anulados com a suspensão desse projeto (transferência para a ZEEM-SV).

O valor correspondente a aquisição de 04 computadores para Sede e Delegações, por não terem ficado disponíveis no exercício anterior, devido ao processo de importação (Portugal) e desalfandegamento em Cabo Verde, foram devidamente registados como ativo neste exercício e devidamente amortizados.

h) Especialização de exercícios

Os rendimentos e ganhos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, as transações são contabilisticamente reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Apesar de não se aplicar a instituições sem fins lucrativas, foi reforçado a previsão de direito a férias do pessoal, no valor de 1.250.000 ECV (um milhão e duzentos e cinquenta mil escudos), cerca de 75% do valor total.

i) Responsabilidades assumidas com pessoal

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de férias, subsídio de Avaliação de Desempenho (SAD) atribuído no mês de dezembro e quaisquer outras retribuições adicionais decididas, pontualmente, pela Direção. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm direito a um mês de férias remuneradas, e coincide com o ano civil e vencem a 31 de dezembro de cada ano. Este encargo representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo regime oficial de previdência social (INPS), seguro de acidentes de trabalho (S.O.A.T.) e seguro de viagens através de uma apólice aberta, não assumindo a instituição qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

No período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro, a CCB manteve ao seu serviço uma média de 19 (dezanove) colaboradores, sendo as principais alterações:

- contratação de uma administrativa, para a Delegação de São Nicolau, com contrato semestral, em janeiro de 2024;
- contratação de um técnico, para Delegação de Boa Vista, com contrato anual, em julho de 2024;
- reintegração do técnico da Delegação no Sal, em agosto de 2024. O técnico solicitou suspensão da Licença sem vencimento de dois anos e foi autorizado apenas um ano, em novembro de 2023;

Em 2024 foi admitido na CCB 05 (cinco) estagiários, sendo 4 (quatro) em regime de estágio profissional, e um para estágio curricular. Os estagiários em regime profissional são absorvidos no âmbito do programa PEPE do IEPF, através de um contrato tripartido e duração de seis meses, em que a CCB contribuiu com um percentual do valor da remuneração do estágio, no quadro da política interna do fomento do emprego jovem.

1. CLIENTES

Na conta de "Clientes" foram registados os movimentos com associados, pelo seu valor nominal, nomeadamente, faturas de formações profissionais, algumas faturas de quotas que foram solicitadas pelos associados, e/ou outros débitos derivados das atividades da instituição, permitindo assim um maior controlo.

2. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Os rendimentos referentes às quotas dos associados são registados pelo regime de caixa, em que o rendimento só é reconhecido com o respetivo recebimento, através de emissão de uma fatura recibo no valor correspondente.

A conta 26 – "Outras Contas a Receber e a Pagar" inclui alguns movimentos relacionados com Licenciamento Comercial, Quotas, Arrendamento de salas de conferências e formação, Formação Profissional, Eventos Públicos, e Prestadores de Serviços (formadores, consultores, etc.).

3. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são registadas pelo seu valor nominal, não vencem juros, e são essencialmente equivalentes ao seu justo valor.

4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Correspondem às retenções, referentes ao período em análise, efetuadas no processamento das remunerações do pessoal e prestadores de serviços, nomeadamente: i) IRPS (Impostos sobre Rendimentos de pessoas singulares) e ii) INPS (Instituto Nacional de Providências Social) que engloba tanto a retenções dos trabalhadores como os encargos da entidade patronal (CCB). Não consta nenhum pendente referente aos anos anteriores, com nenhuma dessas instituições.

5. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos contraídos junto ao Banco Comercial do Atlântico, foram totalmente amortizados, fiando a instituição livre de qualquer encargo com financiamentos, a saber:

- Novembro de 2018 - 2.652.000 ECV (dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil escudos), para aquisição e instalação de um sistema solar fotovoltaico para o "Centro de Negócio", amortizável em 5 anos à uma taxa de 6.8% e prestações mensais e consecutivas de 53.000 ECV (cinquenta e três mil escudos); Este empréstimo foi totalmente amortizado em dezembro de 2023;
- Dezembro de 2017 - 5.300.000 ECV (cinco milhões e trezentos mil escudos), para remodelação do rés-do-chão em futuros escritórios da sede da CCB, nas seguintes condições: amortizável em 7 anos à uma taxa de 6.85%, renda mensal de 79.000 ECV (setenta e nove mil escudos). Este empréstimo foi totalmente amortizado em dezembro de 2024.
- Maio de 2014 - 9.313.000 ECV (nove milhões, trezentos e treze mil escudos), para realização das obras de remodelação do Centro de Negócios, amortizável em

10 anos, à uma taxa de 10.5%, sendo a renda mensal de 124.000 ECV. Em 2021, foi renegociada a taxa de juro, reduzindo a taxa para 6.8% e o valor atual das prestações mensais para 116.000 ECV. Este empréstimo foi totalmente amortizado em julho de 2024.

6. Pessoal

Não foi registado nenhum pendente com pessoal, sendo o saldo da conta - 27 "Pessoal" zero (0).

7. DIFERIMENTOS

Os gastos e rendimentos referentes aos períodos seguintes foram registados na conta de diferimentos (28), nomeadamente, "gastos a reconhecer (281)" e "rendimentos a reconhecer (282)".

8. CAIXA E DEPÓSITO BANCÁRIO

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a conta de disponibilidade, Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022	Variação
1181 – Caixa	0,00	165 000,00	-15 000,00
1211 – D.O. – BCA	4 320 363,00	4 589 808,00	-670 713,00
1212 – D.O. – CECV	4 875 588,00	1 928 859,00	-755 046,00
1213 – D.O. – BI	1 481 541,00	560 960,00	66 498,00
1214 – D.O. – BCN	1 618 546,00	710 023,00	-354 616,00
1215– D.O. – BAI	670 494,00	2 903 526,00	1 332 787,00
12171 – iib	115 257,00	115 257,00	24 257,00
1311 – BCA	318 777,00	318 777,00	0,00
1312 - D.P - CECV-Caixa Económica de Cabo Verde	2 024 334,00	2 000 000,00	367 306,00
1313 - BI_BANCO INTERATLANTICO	6 500 000,00	6 500 000,00	500 000,00

9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A conta "caixa" não é movimentada, e as pequenas despesas são realizadas através de fundo fixo tanto na sede como nas delegações. Os recebimentos, em dinheiro ou cheque, são depositados na conta à ordem, o mais tardar, no dia útil seguinte à operação. A conta de depósito à ordem inclui depósitos de curto prazo e são imediatamente realizáveis. A conta de depósitos a prazo engloba pequenos investimentos que vencem juros na ordem de 1% a 1,75% ano e não capitalizáveis com exceção de um depósito a prazo constituído em 2016 na CECV.

Para efeitos de elaboração do mapa de demonstração dos "fluxos de caixa" foram considerados depósitos bancários e os pagamentos. Foi utilizado o método direto de fluxo de caixa e registado um ligeiro aumento em relação ao ano transato:

RUBRICAS	Notas	PERIODO	
		2024	2023
		Valores	Valores
Método Direto			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2	9 406 590,00	8 117 605,00
Pagamentos a fornecedores	4	-9 050 695,00	-9 653 855,00
Pagamentos ao pessoal	1i)	-23 256 715,00	-22 360 049,00

Caixa gerada pelas operações		-22 900 820,00	-23 896 299,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	3	27 843 110,00	29 873 523,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4 942 290,00	5 977 224,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	1b)	-689 851,00	-908 614,00
Outros ativos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-689 851,00	-908 614,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-1 717 439,00	-2 719 557,00
Juros e gastos similares	10	-52 753,00	-216 363,00
Dividendos	10	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1 770 192,00	-2 935 920,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 482 247,00	2 132 690,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		21 924 900,00	19 792 210,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		24 460 758,00	21 924 900,00

10. GASTOS

Esta rubrica inclui:

Gastos de atividades empresariais, relacionados com formações profissionais e eventos públicos, apresentam o seguinte saldo:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Missões empresariais	4 809 778,00	1 275 000,00	3 534 778,00	277%
Formações profissionais	1 185 514,00	1 980 000,00	-794 486,00	-40%
Eventos públicos	2 788 132,00	123 000,00	2 665 132,00	2166%
Outras não especificadas	45 251,00	0,00	45 251,00	100%
Total.....	8 828 675,00	3 378 000,00	5 450 675,00	161,36%

Gastos de atividades correntes, relacionados com os gastos de funcionamento da instituição, nomeadamente fornecimento e serviços de terceiros, gastos com pessoal, gastos financeiros, outros gastos e encargos, amortizações. O saldo é composto essencialmente por:

Atividades correntes	Real	Orçado	Variações	%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	8 790 871,00	9 303 440,00	-512 569,00	-6%
Gastos com Pessoal	26 181 974,00	26 599 000,00	-417 026,00	-2%
Gastos Financeiras	52 753,00	60 000,00	-7 247,00	-12%
Outras Gastos e Encargos	589 209,00	1 020 000,00	-430 791,00	-42%
Amortizações	3 062 119,00	3 550 000,00	-487 881,00	-14%
Total.....	38 676 926,00	40 532 440,00	-1 855 514,00	-5%

Os gastos inerentes à exploração do bem de investimento, a saber:

- j) eletricidade e água; ii) conservação e reparação; foram registados na conta de gastos de projetos investimento "Centro de Negócio". Os gastos com amortização do empréstimo para remodelação do edifício foram registados nas contas gastos

financeiros "juros suportados".

- **Outros gastos financeiros**, composto essencialmente por:

Outros gastos exploração e financeiros	Real	Orçado	Variação	%
Juros Suportados	52 753,00	60 000,00	-7 247,00	-12%
Gastos projetos investimento "Centro de Negocio"	56 452,00	700 000,00	-643 548,00	-92%
Gastos Extra. E.A	532 757,00	320 000,00	212 757,00	66%
Total.....	641 962,00	1 080 000,00	-438 038,00	-41%

11. RENDIMENTOS, estão divididos em:

Rendimentos de atividades empresariais, que englobam os seguintes rendimentos:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Missões	5 773 167,00	1 500 000,00	4 273 167,00	285%
Formações	1 053 254,00	2 950 000,00	-1 896 746,00	-64%
Eventos	4 039 342,00	350 000,00	3 689 342,00	1054%
Fee Gestão de Projetos	648 468,00	685 000,00	-36 532,00	-5%
Outras Atividades	1 590 140,00	316 000,00	1 274 140,00	403%
Total.....	13 104 371,00	5 801 000,00	7 303 371,00	126%

Rendimentos de atividades correntes, como o nome indica, estão relacionados com o próprio funcionamento da instituição como sejam: i) quotas; ii) licenciamento comercial, e com o seguinte saldo:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Quotas	10 705 500,00	11 150 000,00	-444 500,00	-4%
Licenciamento	19 562 000,00	20 000 000,00	-438 000,00	-2%
Outras Atividades	28 756,00	0,00	0,00	100%
Total.....	30 296 256,00	31 150 000,00	-882 500,00	-3%

Outros Proveitos e ganhos financeiros, englobam os rendimentos provenientes de i) Juros de depósito a prazo, ii) Rendas de exploração do edifício "Centro de Negócio", iii) serviços "videoconferências" e iv) outros proveitos, nomeadamente:

Proveitos e ganhos financeiros	Real	Orçado	Variação	%
Juros de depósito bancário	119 339,00	100 000,00	19 339,00	19%
Rendas Prop. Investimento - "Centro Negocio"	3 900 000,00	3 900 000,00	0,00	0%
Outros Proveitos	185 892,00	440 000,00	0,00	100%
Total.....	4 205 231,00	4 440 000,00	19 339,00	0%

12. CAPITAL PRÓRIO E RESULTADOS

A conta de resultados engloba o resultado líquido do exercício e de exercícios anteriores.

No exercício de 2024 foram contabilizados gastos no montante de 47.505.000 ECV (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinco mil escudos) e rendimentos no montante de 47.605.000 ECV (quarenta e sete milhões, seiscentos e cinco mil escudos), sendo o Resultado do exercício positivo, em 100.000 ECV (cem mil escudos).

13. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS

Não houve variação de capital próprio. As correções relativas ao período transato não foram relevantes, pelo que por este motivo foram registadas nas contas de gastos e rendimentos do período.

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)							Resultado líquido do período	Total
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras Variações no capital próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período		
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	0,00	0,00	39 287 626,00		0,00	-3 956 817,00	19 678,00	35 350 487,00	35 350 487,00
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO										0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 257,00	100 257,00	100 257,00
Primeira adoção novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 257,00	100 257,00	100 257,00
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com detentores de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	725 471,00	-19 678,00	705 793,00	705 793,00
GANHOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	725 471,00	-19 678,00	705 793,00	705 793,00
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2023 (1+2+3+4)		0,00	0,00	39 287 626,00	0,00	0,00	-3 231 346,00	100 257,00	36 156 537,00	36 156 537,00



CONSULTADORIA FINANCEIRA, GESTÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA.

NIF: 252245067

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA CÂMARA DE
COMÉRCIO DE BARLAVENTO / AGREMIÇÃO
EMPRESARIAL
S. Vicente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras da CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO / AGREMIÇÃO EMPRESARIAL abreviadamente CCB / AE, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, findo naquela data, bem como o respetivo anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas.

Salvo algumas recomendações apresentadas para serem implementadas em 2025, a nossa opinião é que as demonstrações financeiras são apresentadas de forma apropriada, com um ativo líquido de 42.934 mEcv, um património líquido de 36.157 mEcv e um passivo de 6.777 mEcv, representam em todos os aspectos materiais a posição em 31 de Dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro, mesmo não sendo obrigatório a aplicação do SNRF nas associações sem fins lucrativos.

Bases para a opinião favorável

A participação na Afroverde, SA, ficou tecnicamente sanada, com cobertura por imparidade para o valor realizado de 300 mECV. Em reunião dos acionistas decidiu-se pela venda à Orango Investment Corporation, de todas as ações subscrita e realizada pelos acionistas, pelo valor nominal de 1.000\$00, A CCB/AE assinou um contrato de compra e venda de ações em 07/09/21, no valor total de 300.000\$00 correspondente as 300 ações realizadas.

O nível elevado de execução global orçamental (+100%), sendo 108% para os rendimentos (+3.615 mEcv) e também 108% para os gastos (+3.595 mEcv).

O registo de quotas dos associados está a ser feito pelo sistema de caixa, o que eliminará créditos incobráveis. Outros direitos da CCB /AE não oferecem riscos assinaláveis para a sua cobrança.

CCB/AE – Câmara de Comércio de Barlavento / AE – Exercício Económico de 2024
Av. Che Guevara, 5 – Caixa Postal 704 – Telefones: 252 57 75 / 251 96 03 – Telefax: 251 96 04
E-mail: finger@evtelecom.cv

S. VICENTE – REPÚBLICA DE CABO VERDE

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas num contexto normal de "continuidade da instituição, no futuro, prevendo continuação de retoma da economia, apesar das guerras na Europa e Médio Oriente e uma tentativa de controlo da inflação no mundo inteiro.

No desenvolvimento do trabalho de auditoria, tomamos conhecimento dum leque de projetos e programas para liderança do sector empresarial privado desde 2019, assinando acordos de descentralização de alguns serviços públicos para as Câmaras de Comércio, nomeadamente o "licenciamento industrial" e emissão de "Certificados de Origem". Em 2024 ainda não foram materializados esses projetos e programas e limitou-se a angariar financiamentos e dar alguma assistência aos empresários, como nos anos anteriores

Matérias relevantes da Auditoria

Funcionou em pleno o Prédio da Sede / Centro de Negócios, ocupado fisicamente pela CCB /AE em Janeiro de 2018, depois de introduzido alterações ao projeto inicial do edifício para absorver mais serviços desconcentrados do Estado para esta Região, mas mesmo com as dúvidas quanto ao crescimento económico, os rendimentos nesse setor manteve-se e continua sendo uma fonte de rendimento, por excelência, para a Agremiação Empresarial.

A auditoria externa renovou o certificado de qualidade em ISO 9001, por mais dois anos.

No exercício em análise liquidou-se os 2 (dois) empréstimos do BCA de valor inicial global, de 17,303 mEcv e o produto dos empréstimos encontram na tesouraria, praticamente improdutivo arcando a CCB / AE, com o prejuízo do investimento em curso no valor de 2.078 mEcv.

Das recomendações da auditoria anterior, não foi implementado a separação do valor dos terrenos das construções. Deve-se recordar que na data da construção do prédio da Sede / Centro de Negócios não se vendia terrenos e o da Rua da Boavista é propriedade horizontal.

Os rendimentos das atividades empresariais aumentaram para 13.104 mEcv (6.251 em 2023) destacando as missões empresariais com cerca de 44% do total, sendo a contribuição da margem bruta para este exercício, de cerca 38% do realizado.

Responsabilidade do órgão da Direcção e dos encarregados da governação pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção e os encarregados da governação são responsáveis pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base na auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria

(ISAs) para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Direção, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

A CCB/AE forneceu-nos o relatório da Direção e não verificamos fatos relevantes que não estivessem de acordo com o plano de atividades e orçamento para o ano em análise

Somos independentes da CCB / AE de acordo com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standards Boards for Accountants (IESBA) e com as normas éticas do Código de Ética da OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde e cumprimos com as restantes responsabilidades éticas previstas no código de ética do IESBA.

Mindelo, 21 de Fevereiro de 2025

Finger – Consultadoria Financeira
Sociedade de Auditores Certificados, Lda



-Manuel de Jesus Monteiro-
Auditor Certificado – OPACC -CV
Cédula Profissional nº 017

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ano económico de 01 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024

Senhores associados,

RELATÓRIO

No cumprimento do mandato, que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, analisamos a atividade da **Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial - CCB/AE**, relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2024, examinamos os livros, registos contabilísticos e demais documentações, constatamos a observância da lei e dos estatutos nos seus aspetos mais relevantes e obtivemos da Direção e dos demais serviços os esclarecimentos necessários.

As Demonstrações Financeiras, onde se inclui um balanço analítico, que evidenciam um Ativo de 42.934 milhares de escudos, um Passivo de 6.777 milhares de escudos, um total de Capital Próprio de 36.157 milhares de escudos e uma Demonstração de Resultados por Funções, com um resultado líquido positivo de 100 mil de escudos e diversos quadros de apoio, lidos em conjunto, com os relatórios de gestão preparados pela Direção e pelo Auditor independente, permitiram-nos uma adequada compreensão da situação financeira, a formação dos resultados do período da agremiação e que satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Para a preparação da informação financeira, a CCB/AE adota o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro – SNCRF, resultando disto as divulgações que o normativo estabelece, não obstante, o mesmo não ser obrigatório nas associações sem fins lucrativos.

O SNCRF, em vigor desde 2009, estabelece os requisitos que uma entidade deve observar no processo de relato financeiro. Uma característica qualitativa da informação exigida pelo normativo é a sua comparabilidade com informações do período precedente. A informação divulgada nas Demonstrações Financeiras e relativa ao período de 2024 é comparada com o ano de 2023.



Das atividades da CCB/AE em 2024, constatamos e damos relevo aos seguintes fatos:

- I. O registro de quotas dos associados está a ser feito pelo sistema de caixa, eliminando os créditos incobráveis. Outros direitos da CCB não têm riscos assinaláveis quanto a sua cobrança.
- II. Não obstante a assinatura, em 2019, de um leque de projetos, no sentido de descentralização de alguns serviços públicos às Câmaras de Comércio, nomeadamente o "Licenciamento Industrial" e emissão de "Certificados de Origem", em 2024 ainda não tinha sido materializado esses projetos e programas. O contexto de incertezas internacionais, entre as quais, a guerra na Europa e no Médio Oriente, inflação nos preços terão canalizado as prioridades do Governo. Entretanto, a CCB/AE deu assistências, nessas matérias aos empresários.
- III. Em reunião dos acionistas decidiu-se pela venda à Orango Investment Corporation, da Participação na Afroverde, SA, de todas as ações subscritas (300), pelo valor nominal de 1.000\$00, pelo que, a participação ficou tecnicamente sanada, com a cobertura por imparidade para o valor realizado de 300 milhares de escudos.
- IV. Houve um nível elevado de execução global orçamental sendo 108% para os rendimentos (+3.615 mECV) e, também, 108% para os gastos (+3.595 mECV).
- V. O Certificado de Qualidade ISO 9001 foi renovado, por mais dois anos, pela Auditoria Externa.
- VI. O Prédio da Sede / Centro de Negócios continua sendo uma excelente fonte de rendimentos tendo em conta que alberga alguns serviços desconcentrados do Estado.
- VII. Os rendimentos das atividades empresariais aumentaram de 6.251 mECV (2023) para 13.104 mECV (2024), com destaque para as missões empresariais, com cerca de 44% do total sendo a contribuição da margem bruta, para este exercício, de cerca de 38% do realizado.
- VIII. Por não ser legalmente obrigatório, não há acumulação de dívidas em relação a quotas

Paulo Monteiro



em atraso tendo como consequência, a ausência de imparidade.

- IX. Estão segurados os equipamentos de maior valor, como os edifícios, equipamentos de vídeo conferência, alguns recheios de escritórios e a viatura Toyota Prado. Todos os equipamentos existentes com valor contabilístico zero, deverão ser reavaliados, conforme a legislação fiscal. A viatura Toyota foi reavaliada em 750.000\$00 e deverá ser reintegrada no património da CCB, em 2025.

Em 2024 o investimento físico foi de 982 contos (909 contos em 2023), em equipamento administrativo, informático e painel solar.

- X. Tendo em conta o excedente de tesouraria, em Depósito a Ordem, destacamos a recomendação de se capitalizar esse valor, no Depósito a Prazo, ou outra modalidade de investimento do mercado financeiro.

- XI. A CCB/AE tem cumprido com os encargos, dentro dos prazos legais em relação ao Fisco e INPS, não obstante uma irregularidade que consta na certidão da situação fiscal, referente aos anos fiscais de 2020 a 2023. Tal se deve a um processo dirigido a DNRE, que se aguarda resposta. Atenta-se a recomendação, para que o Conselho Superior das Câmaras de Comércio deverá solicitar o enquadramento em Utilidade Pública, portanto, com o regime de tributação dos rendimentos enquadrados em Isenção Tributária: Taxa de Isenção – 100%.

- XII. A CCB/AE tem cumprido com a sua função principal que é de apoiar os seus associados, e ter maior eficácia no desempenho das suas atividades empresariais. Renovada a Certificação ISO 9001, a CCB/AE continua sendo um interlocutor ativo entre o Governo e os associados, referente as políticas de aumento da economia, não obstante os choques externos. Pelo exposto, a CCB/AE deverá continuar a atrair novos sócios e fidelizar os atuais.

30 AM 11

Impressão: 2025-06-17 10:04:05/AR/AT/PR/04

 Paulo Monteiro

PARECER

Nestes termos e considerando as informações obtidas do relatório da Direção, damos o seguinte parecer:

- I. Seja aprovado o relatório de Gestão da Direção;
- II. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço e Demonstração dos Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como, o relatório do Auditor Independente e que fazem parte deste relatório do CF – Conselho Fiscal;

Mindelo, 17 de Março de 2025

O Presidente do Conselho Fiscal, Garantia Seguros, representado pelo Dr. Paulo Monteiro

Paulo Monteiro



O vogal, Matec, SA, representado pelo Eng. Pedro Medina

[Handwritten signature of Pedro Medina]



O vogal, Limage, Lda, representado pelo Sr. José Gomes Lima

[Handwritten signature of José Gomes Lima]

LIMAGE
AGÊNCIA NAVEGAÇÃO de CABO VERDE - S. Vicente

[5.8] Legislação publicada em 2024

Decreto-lei nº 3/2023

Cria o Fundo Social designado “Fundo MAIS”, com o objetivo de financiar projetos, ações, atividades e medidas de políticas sociais de proteção dos grupos mais vulneráveis, visando a eliminação da pobreza extrema.

Decreto-lei 1/24

Define as normas e os procedimentos necessários à execução do Orçamento do Estado para o ano económico de 2024.

Decreto-lei 4/24

Aprova o Plano de Carreiras, Funções e Remuneração do pessoal do Regime Geral da Administração Pública.

Resolução 13/2024

cria o Observatório do Tráfico de Pessoas.

Resolução 14/2024

Aprova a Marca Turística do Destino Cabo Verde, símbolo e imagem de promoção, dentro e fora do país com a seguinte designação em inglês “*The Islands of Cabo Verde From the Heart*”.

Decreto – lei 11/2024

Estabelece o regime de Comparticipação das Empresas no Âmbito do Sistema de Formação Profissional.

Resolução 16/2024

Aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Ação Contra o Tráfico de Pessoas em Cabo Verde (2023 - 2026).

Decreto-lei 12/2024

Aprova o Regime Jurídico do Cadastro Predial.

Decreto-lei 13/2024

Procede à primeira alteração ao Estatuto do Pessoal do Serviço de Inspeção e de Auditoria Autárquica, aprovado pelo Decreto-lei nº32/2023, de 29 de novembro.

Lei 38/X/24

Cria o Sistema de Informação de Justiça, abreviadamente designado por SIJ, e aprova o regime jurídico geral de processos eletrónicos e a sua tramitação nas instituições abrangidas.

Decreto – lei 21/24

Define as normas gerais aplicáveis à atuação do Estado na identificação, avaliação, concurso e adjudicação de projetos, assim como na gestão de contratos de parceiras público-privadas.

Portaria 18/24

Aprova o modelo de cartão de identificação profissional e livre-trânsito para uso do pessoal da DNRE que desempenha funções de fiscalização, inspeção tributária e aduaneira.

Resolução 54/2024

Define modelo de governança do processo de desenvolvimento de programa de investimentos no âmbito de Acordo a negociar com o *Millennium challenge Corporation* e cria enquanto estrutura de missão, a Unidade de Desenvolvimento do Programa de Investimentos a negociar com o MCC.

Resolução 55/24

Cria a linha de financiamento do plano de Ação de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Concertação Estratégica 2024-2026.

Portaria 22/24

Fixa as garantias admissíveis e as regras para assegurar a cobrança de coimas, indemnizações ou outras sanções que um navio estrangeiro que seja apreendido tem de prestar a favor da Administração Pública Marítima de CV.

Portaria 23/24

Estabelece as normas e os procedimentos necessários à atribuição de incentivos financeiros pelo Estado através do Instituto do Desporto e da Juventude, I.P (IDJ), às associações juvenis e grupos informais.

Portaria 26/24

Aprova o modelo de restituição do IVA às Câmaras Municipais e o respetivo anexo, bem como os mecanismos e procedimentos de automatização do processo restituição.

Portaria 27/24

Procede a primeira alteração a Portaria n.º 3/24 de 13 de março, que cria o Conselho Consultivo das Economia Digital.

Portaria Conjunta 28/2024

Altera a portaria que define a taxa global de contribuições para o sistema de proteção social obrigatória e sua afetação pelas eventualidades cobertas.

Portaria nº29/2024

Estabelece os modelos e as especificações p/ aquisição das estufas agrícolas a serem financiados pelo Governo, no âmbito do Programa de Incentivos para o Cultivo Protegido – Estufas Agrícolas.

Decreto-lei 34/24

Precede à segunda alteração ao Estatuto do Instituto Nacional de Previdência Social.

Decreto-lei 35/24

Estabelece o regime jurídico aplicável aos valores mobiliários de natureza monetário, designados por papel comercial.

Decreto-lei 37/24

Estabelece as condições institucionais requeridas que contribuem para a acreditação do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual como Organismo de Certificação, dando assim credibilidade à certificação e consequentemente a aceitação a nível internacional dos certificados emitidos.

Deliberação 26/2024

Procede a alteração orçamental de transferência de verba para ano económico de 2024.

Resolução 67/2024

Procede a 1ª alteração a Resolução nº45/2018, de 21 de maio, que cria a Comissão Interinstitucional para Gestão Estratégica da Transição da Economia de informal a formal.

Portaria Conjunta 37/2024

Procede a definição e aprovação da Tabela de Preços para venda das normas cabo-verdianas, regionais ou internacionais.

Lei 41/X/2024

Aprova o regime jurídico dos serviços digitais e comércio eletrónico.

Portaria Conjunta 38/24

Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de cálculo das P da proteção social obrigatória, durante o ano de 2024.

Extrato do Despacho nº01/2020, publicado na II Serie do BO nº149 de 16/08/2024

Procede a delegação das Competências na DNR nos Chefes das Repartições de Finanças Concelhias para Aplicação de coimas, nos termos do RJITNA.

Extrato do Despacho nº03/20, publicado na II Serie do BO nº149 de 16/08/24

Procede a delegação das Competências na Diretora Nacional de Receitas do Estado nos Chefes das Repartições de Finanças e no Diretor-Geral das Contribuições e Impostos.

Decreto-lei 47/24

Procede à 2ª alteração do DL N.º54/19, de 10/12 que regula regime jurídico de fixação e atualização da estrutura das tarifas aéreas aplicáveis a transporte aéreo regular doméstico de passageiros.

Decreto-Regulamentar 12/2024

Aprova os Estatutos do Instituto Nacional da Saúde Pública, doravante designado de INSP.

Resolução 88/2024

Aprova a Estratégia da Economia Digital de Cabo Verde (EEDCV) para o período de 2024 a 2030.

Decreto-lei nº 48/2024

Aprova o Regime Emergencial e Temporário de Revisão Aplicável às Empreitadas de Obras Públicas.

Decreto-lei 51/2024

Referindo a criação da Embaixada da República de Cabo Verde em Qatar.

Decreto Regulamentar nº 13/2024

Define a composição, a organização e funcionamento do Concelho Nacional para economia Social.

Resolução 90/2024

Incentivos fiscais exclusivos destinados a apoiar projetos de investimento produtivo.

Resolução 92/2024

Financiamento para Formação Profissional de Jovens em Cabo Verde.

Decreto-Regulamentar 16/2024

Regulamento para Alojamento Complementar em Cabo Verde.

Decreto-lei nº 54/2024

Regula o Sistema Nacional de Investimento.

Decreto-lei n.º 55/2024

Aprova o regime jurídico da primeira venda do pescado fresco em lota.

Decreto-Lei nº 56/2024

Regras para Alojamentos Complementares.

Lei n.º 43/X/2024 altera a Lei n.º 22/X/2023

Ajustando o regime jurídico relacionado com a comercialização, importação e produção de plásticos de utilização única.

Lei n.º 44/X/2024

Institui o Fundo Climático e Ambiental (FCA).

Lei n.º 45/X/2024

Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2025.



A NOSSA MISSÃO É O SEU NEGÓCIO.

Fazemos tudo para promover o negócio e o investimento enquanto veículos de crescimento e prosperidade inclusivo.